

# RELATÓRIO CONTÁBIL

## 2023

### 2º TRIMESTRE

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

Carlos Fávaro

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

Irajá Rezende de Lacerda

**SUBSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Fernando Magalhães Soares Pinto

**COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E MONITORAMENTO DA GESTÃO**

Otto Cavalcante Medina

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

José Calazans dos Santos

**EQUIPE TÉCNICA**

Alan Rodrigues Pinheiro

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Maria Luiza Carvalho Cunha

Norma de Deus e Costa

Paulo Alves de Santana Neto

Paulo Sousa Silva

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

Samya Carolina Soares Costa

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

*\* Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

## RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 3, DE 31 DE JULHO DE 2023

Aprova o Relatório Contábil do 2º Trimestre de 2023 – Notas Explicativas do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.


A Coordenação de Contabilidade – CCONT, da Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA com fundamento na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. **APROVAR** o texto final do **Relatório Contábil** contendo as **Notas Explicativas do 2º Trimestre de 2023 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA**, constante dos autos do processo 21000.032730/2023-44.


Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA do MAPA, para conhecimento e autorização de publicação no sítio do mesmo em atendimento às determinações do TCU.

### **CCONT/CGGI:**


JOSÉ CALAZANS DOS SANTOS – Coordenador

Documento assinado digitalmente  
 JOSE CALAZANS DOS SANTOS  
Data: 31/07/2023 14:04:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA – Chefe de Divisão


Documento assinado digitalmente  
 JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA  
Data: 31/07/2023 14:20:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SAMYA CAROLINA SOARES COSTA – Chefe de Divisão

Documento assinado digitalmente  
 SAMYA CAROLINA SOARES COSTA  
Data: 31/07/2023 14:07:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


### **CGGI/SPOA:**

OTTO CAVALCANTE MEDINA – Coordenador-Geral

Documento assinado digitalmente  
 OTTO CAVALCANTE MEDINA  
Data: 31/07/2023 14:46:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### **SPOA/SE/MAPA:**

FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO – Subsecretário

Documento assinado digitalmente  
 FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO  
Data: 31/07/2023 16:31:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sumário

<b>RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 3, DE 28 DE JULHO DE 2023.....</b>	<b>3</b>
<b>1) Lista de Siglas.....</b>	<b>5</b>
<b>2) Contexto Operacional.....</b>	<b>6</b>
<b>3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA.....</b>	<b>8</b>
<b>4) Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>10</b>
4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
4.2 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	12
4.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	14
4.4 – BALANÇO FINANCEIRO.....	16
4.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
4.6 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	18
<b>5) NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>19</b>
5.1 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	19
5.2 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	19
5.3 – PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	25
5.4 – MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	25
5.5 – PARTES RELACIONADAS.....	25
<b>6) COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>34</b>
6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL.....	34
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagas.....	43
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais.....	44
Nota nº 003 – Provisões.....	46
Nota nº 004 – Imobilizado.....	49
Nota nº 005 – Intangível.....	56
Nota nº 006 – Investimentos.....	58
6.2 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	61
6.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	69
6.4 – BALANÇO FINANCEIRO.....	76
6.5 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	78
<b>7 – REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>
7.1 – BIBLIOGRÁFICAS.....	80
7.2 – SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA.....	80

# 1) Lista de Siglas

<b>AFAC</b>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
<b>AGRONET</b>	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>AGROSTAT</b>	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
<b>AGU</b>	Advocacia-Geral da União
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil
<b>BGS</b>	Boletim de Pessoal e Serviços
<b>BGU</b>	Balanco Geral da União
<b>BINAGRI</b>	Biblioteca Nacional de Agricultura
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
<b>BO</b>	Balanco Orçamentário
<b>BP</b>	Balanco Patrimonial
<b>CASEGO</b>	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
<b>CASEMG</b>	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
<b>CCCCN</b>	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
<b>CCONF</b>	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
<b>CCONT</b>	Coordenação de Contabilidade
<b>CEASA/MG</b>	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CEPLAC</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
<b>CESA</b>	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>COGEP</b>	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
<b>CGAQ</b>	Coordenação-Geral de Aquisições
<b>CGOEF</b>	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
<b>CGOF</b>	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
<b>CGLI</b>	Coordenação-Geral de Logística Institucional
<b>CGU</b>	Controladoria-Geral da União
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONFCON</b>	Sistema de Conformidade Contábil
<b>COFIN</b>	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
<b>COSIS</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
<b>CRC/DF</b>	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
<b>DA</b>	Departamento de Administração
<b>DAF</b>	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
<b>DARF</b>	Documento de Arrecadação Federal
<b>DGG</b>	Departamento de Governança e Gestão
<b>DFC</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa
<b>DISME</b>	Distrito de Meteorologia
<b>DTI</b>	Departamento de Tecnologia da Informação
<b>DVP</b>	Demonstrações das Variações Patrimoniais
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>ENAGRO</b>	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
<b>ENAP</b>	Escola Nacional de Administração Pública
<b>FFIE</b>	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
<b>FUNCAFE</b>	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
<b>FTRA</b>	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
<b>GF</b>	Gestor Financeiro
<b>GRU</b>	Guia de Recolhimento da União
<b>GPS</b>	Guia da Previdência Social
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INMET</b>	Instituto Nacional de Meteorologia
<b>JCDF</b>	Junta Comercial do Distrito Federal
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LFDA</b>	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MCASP</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
<b>MDIC</b>	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>MEP</b>	Método da Equivalência Patrimonial
<b>NBC TSP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
<b>NBCASP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
<b>NE</b>	Nota de Empenho
<b>NL</b>	Nota de Lançamento
<b>NS</b>	Nota de Sistema
<b>OB</b>	Ordem Bancária
<b>OCB</b>	Organização das Cooperativas Brasileiras
<b>OGU</b>	Orçamento Geral da União
<b>PCASP</b>	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
<b>PF</b>	Programação Financeira

<b>PGFN</b>	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
<b>PIPCP</b>	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
<b>RCPG</b>	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
<b>REDESIM</b>	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
<b>RENASEM</b>	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
<b>RFB</b>	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
<b>RGPS</b>	Regime Geral de Previdência Social
<b>RPNP</b>	Restos a Pagar Não Processados
<b>RPP</b>	Restos a Pagar Processados
<b>RPPS</b>	Regime Próprio de Previdência Social
<b>SAF</b>	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
<b>SAP</b>	Secretaria de Aquicultura e Pesca
<b>SCDP</b>	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
<b>SCRI</b>	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
<b>DAS</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>SE</b>	Secretaria-Executiva
<b>SEAD</b>	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
<b>SEAF</b>	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
<b>SECEX</b>	Secretaria de Controle Externo
<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações
<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>SFA</b>	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>SFB</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>SIADS</b>	Sistema Integrado de Administração de Serviços
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>SIAPF</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
<b>SIC</b>	Serviço de Informação ao Cidadão
<b>SICAR</b>	Sistema de Controle de Arrecadação
<b>SIGMA</b>	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
<b>SISLEGIS</b>	Sistema de Consulta a Legislação
<b>SPA</b>	Secretaria de Política Agrícola
<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
<b>SPU</b>	Secretaria de Patrimônio da União
<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>SCRI</b>	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
<b>SUCON</b>	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
<b>TCE</b>	Tomada de Contas Especial
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TDA</b>	Título da Dívida Agrária
<b>TG</b>	Tesouro Gerencial
<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>UGE</b>	Unidade Gestora Executora
<b>UGR</b>	Unidade Gestora Responsável
<b>VIGIAGRO</b>	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
<b>VPA</b>	Varição Patrimonial Aumentativa
<b>VPD</b>	Varição Patrimonial Diminutiva
<b>VTN</b>	Valor da Terra Nua

## 2) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023 e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, a heveicultura e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as florestas plantadas;
- c) Informação agropecuária;
- d) Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal, inclusive pescados, e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- e) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura e agroindústria;
- f) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- g) Assistência técnica e extensão rural;
- h) Irrigação e infraestrutura hídrica para a produção agropecuária, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- i) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- j) Desenvolvimento rural sustentável;
- k) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola e pecuário e aos sistemas agroflorestais;
- l) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- m) Cooperativismo e associativismo na agropecuária;
- n) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural; e
- o) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse das cadeias de valor da agropecuária.

A competência de que trata a letra “n” será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico

Nacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgão colegiados:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- b) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- c) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;
- d) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Deliberativo de Política Agrícola; e
- f) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

A entidade vinculada – Empresa Pública:

- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

## 3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA

### 3.1) Sistemas da Área Fim

#### **SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA**

**AGROALERTAS** - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário  
**AGROFIT** - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários  
**CEFITI** - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual  
**CGCCQ** - Painéis de Requisitos e Certificados da Área Animal  
**DCPOA** - Declaração de Produtos de Origem Animal  
**e-SISBRAVET** - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias  
**e-SISBI-SGE** - Sistema de Gestão de Estabelecimento  
**e-SISBI-SGSI** - Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção  
**PGA** - Plataforma de Gestão Agropecuária  
**PGA-RASTREABILIDADE** - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva  
**PGA-SIGSIF** - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF  
**RECADASTRAMENTO** - Sistema de Controle de Professores e Classificadores  
**RENASEM** - Registro Nacional de Sementes e Mudas  
**SAC** - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios  
**SAPE** - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64  
**SGD-CGAL** - Sistemas de Gestão de Demandas  
**SIARP** - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas  
**SIGBIO** - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança  
**SIGEF** - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudas  
**SIGEP** - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos  
**SIGLA** - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos  
**SIGORG - Modulo Administrador** - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica  
**SIGORG - Modulo Público** - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica  
**SIGPBc** - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae  
**SIGPOA** - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal  
**SIGSIF** - Sistema de Informações Gerenciais do SIF  
**SIGVIG** - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários  
**SIPE** - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web  
**SIPEAGRO** - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários  
**SISBOV** - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos  
**SISCOLE** - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratorios Estrangeiros  
**SISLAB** - Sistema de Padrões Laboratoriais  
**SISMAN** - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos  
**SISRES** - Sistema de Controle de Resíduos  
**SIVIBE** - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas  
**SNPC** - Cultivar Web  
**SNPC** - Sistema de Informações Documentais  
**SQFI** - Sistema de Quarentena Fitossanitária  
**WikiSDA** - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

#### **SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA**

**SIGABC** - Sistema de Governança do Plano ABC  
**SIGMA** - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas  
**SGSIA** - Sistema de Gestão de Selo de Identificação Artesanal

#### **SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA**

**FUNCAFE** - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira  
**SAPCANÁ** - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira  
**SNCUA** - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras  
**SISPROCER** - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso  
**SISSER** - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural  
**SISZARC** - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

#### **SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SCRI/MAPA**

**ADIDOS** - Sistema de controle de ADIDOS  
**AGROEVENTOS** - Sistema de Eventos  
**AGROSTAT** - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro  
**SIENI** - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

#### **MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPESCA**

**RGP** - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal  
**SISRGP** - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira  
**SISTAINHA** - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira  
**SSADP** - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

#### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA**

**SIGPI** - Sistema de Gestão da Produção Integrada



## 3.2) Sistemas da Área Meio

### **GABINETE DO MINISTRO – GM**

**SA** - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos  
**SIGME** - Sistema de Gestão de Memória Executiva

### **ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Portal MAPA** - Pagina web da Internet

### **ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E FEDERATIVOS – AEAPF/GM**

**EP** - Emendas Parlamentares  
**RP** - Sistema de Relacionamento Parlamentar

### **SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA**

**ÁGATHA** - Sistema de Gestão de Riscos  
**AVA ENAGRO VIRTUAL**  
**BINAGRI** - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura  
**CONJUR NORMAS** - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica  
**GESTCOM** - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional  
**LECOM** - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços  
**LECOM-ADM** - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços  
**MAPAVITRO** - Gestão de contratos  
**SGC** - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados  
**SGCAM** - Sistema de Gestão de Camaras Setoriais e Tematicas  
**SIGI** - Sistema de Gestão Integrada  
**SIAD** - Sistema de Autorização de Deslocamento  
**SIAGAM** - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro  
**SIGER** - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural  
**SISLEGIS** - Sistema de Consulta a Legislação

### **SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA**

**AGROFORM** - Sistema de formulários do MAPA  
**ALMOX** - Sistema de Almoxarifado  
**ALMOXARIFADO VIRTUAL** - Sistema de Almoxarifado Virtual  
**CONFCON** - Sistema de Conformidade Contábil  
**PATRIM** - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais  
**PONTOWEB** - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência  
**SCES** - Sistema de Controle de Entrada e Saída  
**SCVA** - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA  
**SEI** - Sistema Eletrônico de Informações  
**SRH** - Sistema de Controle de Recursos Humanos  
**SICAR** - Sistema de Controle de Arrecadação  
**SIGCLIMA** - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional  
**SIGED** - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos  
**SIOR** - Sistema de Informações Orçamentárias  
**SIPAS** - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde  
**SISAD** - Sistema de Avaliação de Desempenho  
**SISPSM** - Sistema Prêmio Servidor Mapa  
**SisGP** - Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)  
**SISPSM** - Sistema Prêmio Servidor Mapa  
**THESAURUS** - Sistema especializado em literatura agrícola

### **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI/SE**

**APP PMO** – TI- Aplicativo para Gerenciamento de Projetos  
**ATENDENTI** – Sistema Gerenciador de Chamados  
**ATENTICAÇÃO** – Sistema de Controle de Acesso  
**MANUAIS - STI**  
**NORMATIVOS** – Segurança da Informação na Seção do STI no SistemasWEB  
**SCAWEB** – Sistema de Controle de Acesso  
**SIGESTI** – Sistema de Gestão de TI  
**SOLICITA** – Sistema de Solicitação de Acesso  
**VÍDEO CONFERÊNCIA** – Sistema de Vídeo Conferência  
**VOIP** – Sistema de Gerenciamento de Voípe sobre IP  
**TROCA SENHA** - Serviço de troca de senhas de acesso à rede do MAPA

## 4) Demonstrações Contábeis

### 4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.312,14</b>	<b>11.049,07</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.481,39	7.285,23
Créditos a Curto Prazo	772,65	3.583,78
Clientes	2,92	5,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.738,27
Demais Créditos e Valores	769,73	1.842,94
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-3,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,38	0,38
Estoques	57,72	179,68
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.858,73</b>	<b>261.628,34</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.730,53	26.725,04
Créditos a Longo Prazo	5.730,53	26.725,04
Clientes	201,35	201,38
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.081,03	16.421,43
Dívida Ativa Não Tributária		138,87
Demais Créditos e Valores	451,57	9.967,04
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-3,42	-3,69
Investimentos	7,77	14,07
Participações Permanentes	7,77	12,07
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5,92	20,68
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-10,47
Propriedades para Investimento		2,00
Propriedades para Investimento	-	2,85
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-0,85
<b>Imobilizado</b>	<b>5.020,92</b>	<b>234.754,32</b>
Bens Móveis	867,28	1.168,13
Bens Móveis	2.017,48	2.541,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.126,77	-1.346,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-23,42	-26,81
Bens Imóveis	4.153,64	233.586,20
Bens Imóveis	4.557,40	234.229,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-403,76	-643,59
<b>Intangível</b>	<b>99,51</b>	<b>134,91</b>
Softwares	98,95	134,14
Softwares	149,37	187,35
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-50,24	-53,20
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,28	0,49
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,28	0,49
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.170,87</b>	<b>272.677,41</b>

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.436,22</b>	<b>2.829,00</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.121,45	996,76
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	4,98
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	90,22	167,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	21,81
Transferências Fiscais a Curto Prazo	616,12	443,21
Prazo Provisões a Curto Prazo	6,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	602,43	1.195,13
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>996,48</b>	<b>2.380,34</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Prazo Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	680,61	1.143,64
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	920,83
Resultado Diferido	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>3.432,70</b>	<b>5.209,34</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social	3.121,52	3.406,90
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	16,69	17,43
(AFAC) Reservas de Capital	-	0,01
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	43,92
Demais Reservas	-	12,76
Resultados Acumulados	11.599,96	263.987,06
Resultado do Exercício	10,70	2.054,24
Resultados de Exercícios Anteriores	16.829,56	261.874,19
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.240,30	48,63
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14.738,18</b>	<b>267.468,07</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18.170,87</b>	<b>272.677,41</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB –Junho/2023

## QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL

### QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	6.499,15	7.578,98	PASSIVO FINANCEIRO	9.682,22	8.455,10
ATIVO PERMANENTE	11.671,72	265.098,43	PASSIVO PERMANENTE	1.718,12	3.996,94
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>6.770,53</b>	<b>260.225,37</b>

### QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>5.045,14</b>	<b>5.255,54</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>7.770,54</b>	<b>9.869,45</b>
Atos Potenciais Ativos	5.045,14	5.255,54	Atos Potenciais Passivos	7.770,54	9.869,45
Garantias e Contragarantias Recebidas	113,50	196,51	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	4.3107,67	4.736,73	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	4.931,74	5.133,42
Direitos Contratuais	623,97	322,51	Obrigações Contratuais	2.838,80	4.736,03
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.045,14</b>	<b>5.255,54</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.770,54</b>	<b>9.869,45</b>

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-6.442,94</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>3.259,87</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-0,28
Previdência Social (RPPS)	-1.055,07
Dívida Pública	-990,03
Alienação de Bens e Direitos	21,78
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.283,45
Recursos a Classificar	<b>0,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-3.183,07</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB –Junho/2023

## 4.2 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em milhões de reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>16.051.73</b>	<b>27.021.52</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>5.49</b>	<b>30.45</b>
Impostos	-	0.06
Taxas	5.49	30.39
<b>Contribuições</b>	<b>3.41</b>	<b>1.044.10</b>
Contribuições Sociais	3.27	1.030.13
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0.14	13.96
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>26.55</b>	<b>110.35</b>
Venda de Mercadorias	3.72	49.97
Vendas de Produtos	0.01	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	22.83	60.38
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>421.59</b>	<b>418.36</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	128.89	77.45
Juros e Encargos de Mora	0.24	14.30
Variações Monetárias e Cambiais	8.39	14.84
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	284.06	311.77
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>15.165.73</b>	<b>22.779.10</b>
Transferências Intragovernamentais	15.135.64	22.296.86
Transferências Intergovernamentais	0.23	0.70
Transferências das Instituições Privadas	0.52	3.19
Transferências do Exterior	-	0.69
Outras Transferências e Delegações Recebidas	29.35	477.66
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>79.91</b>	<b>2.422.92</b>
Reavaliação de Ativos	1.86	635.11
Ganhos com Alienação	2.71	16.80
Ganhos com Incorporação de Ativos	53.75	547.67
Ganhos com Desincorporação de Passivos	21.58	1.223.31
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	0.03
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>349.05</b>	<b>216.23</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0.96	50.04
Resultado Positivo de Participações	-	0.03
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.50	7.12
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	346.59	159.04

Continuação DVP

	2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>16.041.03</b>	<b>27.784.06</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>2.708.08</b>	<b>2.980.85</b>
Remuneração a Pessoal	2.056,29	2.144.30
Encargos Patronais	611.65	716.44
Benefícios a Pessoal	39.86	53.85
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0.27	66.27
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>1.050.77</b>	<b>1.441.61</b>
Aposentadorias e Reformas	615.66	894.87
Pensões	422.73	525.08
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.37	21.67-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>454.36</b>	<b>893.22</b>
Uso de Material de Consumo	43.39	56.49
Serviços	356.23	770.31
Depreciação, Amortização e Exaustão	54.75	66.41
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>14.80</b>	<b>3.47</b>
Juros e Encargos de Mora	0.03	0.12
Variações Monetárias e Cambiais	1.77	1.06
Descontos Financeiros Concedidos	4.83	1.24
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.18	1.04
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>11.203.44</b>	<b>17.756.26</b>
Transferências Intragovernamentais	10.318.56	16.631.72
Transferências Intergovernamentais	847.45	774.04
Transferências ao Exterior	0.35	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	37.07	350.50
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>95.31</b>	<b>4.024.02</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0.33	2.308.84
Perdas com Alienação	0.06	0.37
Perdas Involuntárias	1.28	5.54
Incorporação de Passivos	26.88	856.45
Desincorporação de Ativos	66.75	852.82
<b>Tributárias</b>	<b>1.54</b>	<b>25.03</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.38	19.95
Contribuições	0.15	5.08
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Venda. e dos Serviços Prestados</b>	<b>2.56</b>	<b>89.18</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	2.55	89.17
Custos dos Produtos Vendidos	0.01	0.01
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>510.19</b>	<b>570.43</b>
Incentivos	0.03	0.33
Subvenções Econômicas	464.61	532.30
Constituição de Provisões	41.30	33.01
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.24	4.78
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>10.70</b>	<b>-762.55</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023

### 4.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de reais

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.330,73</b>	<b>1.330,73</b>	<b>494,68</b>	<b>-836,05</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>19,28</b>	<b>19,28</b>	<b>4,19</b>	<b>-15,09</b>
Taxas	19,28	19,28	4,19	-15,09
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>246,49</b>	<b>246,49</b>	<b>2,39</b>	<b>-244,10</b>
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	246,49	246,49	2,39	-244,10
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>542,68</b>	<b>542,68</b>	<b>277,25</b>	<b>-265,43</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4,65	4,65	1,80	-2,85
Valores Mobiliários	538,03	538,03	275,45	-262,58
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>18,54</b>	<b>18,54</b>	<b>3,73</b>	<b>-14,81</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>0,03</b>	<b>0,01</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>408,05</b>	<b>408,05</b>	<b>150,44</b>	<b>-257,61</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	55,61	55,61	21,54	-34,06
Serviços e Atividades Financeiras	352,44	352,44	128,89	-223,55
<b>Transferências Correntes</b>	<b>4,05</b>	<b>4,05</b>	<b>0,75</b>	<b>-3,30</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>91,62</b>	<b>91,62</b>	<b>55,91</b>	<b>-35,71</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	78,89	78,89	39,30	-39,60
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,11	0,11	9,53	9,42
Demais Receitas Correntes	12,62	12,62	7,08	-5,53
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.504,99</b>	<b>5.504,99</b>	<b>2.420,53</b>	<b>-3.084,45</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>15,60</b>	<b>15,60</b>	<b>-</b>	<b>-15,60</b>
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	15,60	15,60	-	-15,60
<b>Alienação de Bens</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>	<b>3,91</b>	<b>3,85</b>
Alienação de Bens Móveis	0,06	0,06	3,91	3,85
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	<b>5.489,10</b>	<b>5.489,10</b>	<b>2.416,63</b>	<b>-3.072,47</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>0,22</b>	<b>0,22</b>	<b>-</b>	<b>-0,22</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>6.835,72</b>	<b>6.835,72</b>	<b>2.915,21</b>	<b>-3.920,50</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>6.835,72</b>	<b>6.835,72</b>	<b>2.915,21</b>	<b>-3.920,50</b>
<b>DEFICIT</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.042,68</b>	<b>5.048,68</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.835,72</b>	<b>6.835,72</b>	<b>7.957,89</b>	<b>1.122,17</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	<b>-</b>	<b>904,73</b>	<b>-</b>	<b>-904,73</b>
Superavit Financeiro	-	200,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	704,73	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.382,83</b>	<b>10.573,97</b>	<b>7.740,97</b>	<b>4.325,03</b>	<b>3.324,16</b>	<b>2.833,01</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.641,28	7.442,76	6.561,28	3.592,76	2.890,04	881,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.741,55	3.131,22	1.179,68	732,27	434,12	1.951,53
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.757,42</b>	<b>7.262,04</b>	<b>216,92</b>	<b>0,41</b>	<b>0,38</b>	<b>7.045,11</b>
Investimentos	1.381,95	886,57	216,92	0,41	0,38	669,65
Inversões Financeiras	6.375,47	6.375,47	-	-	-	6.375,47
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	221,45	221,45	-	-	-	221,45
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>18.361,70</b>	<b>18.057,46</b>	<b>7.957,89</b>	<b>4.325,44</b>	<b>3.324,55</b>	<b>10.099,57</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>18.361,70</b>	<b>18.057,46</b>	<b>7.957,89</b>	<b>4.325,44</b>	<b>3.324,55</b>	<b>10.099,57</b>
<b>TOTAL</b>	<b>18.361,70</b>	<b>18.057,46</b>	<b>7.957,89</b>	<b>4.325,44</b>	<b>3.324,55</b>	<b>10.099,57</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023

## ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de reais

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	81,97	282,02	211,42	195,18	6,09	162,72
Pessoal e Encargos Sociais	3,66	4,13	3,25	3,24	-	4,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	78,30	277,89	208,18	191,94	6,09	158,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	2.721,43	3.301,65	1.349,00	960,02	485,34	4.577,72
Investimentos	2.262,53	2.544,10	859,21	470,23	26,44	4.309,96
Inversões Financeiras	458,90	757,54	489,79	489,79	458,90	267,75
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	2.803,40	3.583,67	1.560,43	1.155,20	491,43	4.740,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	65,06	500,61	506,07	0,56	59,04
Pessoal e Encargos Sociais	0,21	435,77	435,43	0,19	0,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64,85	64,84	70,64	0,37	58,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	86,66	280,22	132,20	2,19	232,50
Investimentos	86,66	280,22	132,20	2,19	232,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	151,72	780,83	638,27	2,74	291,54

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023

#### 4.4 – BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de reais

INGRESSOS			DISPÊNDIO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>2.915,21</b>	<b>3.824,47</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>7.957,89</b>	<b>9.026,45</b>
<b>Ordinárias</b>	-	275,47	<b>Ordinárias</b>	5.712,74	6.272,64
<b>Vinculadas</b>	3.017,54	3.518,00	<b>Vinculadas</b>	2.245,15	2.753,81
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		159,67
Alienação de Bens e Direitos	3,91	57,58	Previdência Social (RPPS)	2.127,07	1.739,73
Transferências Constitucionais e Legais		4,99	Receitas Financeiras		57,63
Outros Recursos Vinc.a Fundos, Órgãos e Programas	3.013,64	3.453,89	Dívida Pública	6,50	0,02
Recursos a Classificar		1,54	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	111,57	796,77
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	-102,33	31,00			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>14.689,68</b>	<b>22.097,33</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>9.869,11</b>	<b>16.421,63</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	9.722,80	14.274,79	Resultantes da Execução Orçamentária	5.791,93	9.022,51
Cota Recebida	3.938,55	5.251,61	Repasso Concedido	1.829,16	2.816,92
Repasso Recebido	1.822,98	2.822,64	Sub-repasso Concedido	3.959,31	6.194,87
Sub-repasso Recebido	3.959,31	6.194,87	Cota Devolvida	1,50	5,05
Repasso Devolvido	0,03	4,99	Repasso Devolvido	0,03	4,99
Sub-repasso Devolvido	1,94	0,68	Sub-repasso Devolvido	1,94	0,68
Independentes da Execução Orçamentária	4.966,88	7.822,54	Independentes da Execução Orçamentária	4.077,18	7.399,12
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.069,14	3.484,37	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.100,95	1.935,40
Demais Transferências Recebidas	48,58	704,07	Demais Transferências Concedidas	43,23	713,51
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.848,95	3.630,19	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.930,48	4.746,30
Movimentações para Incorporação de Saldos	0,21	3,91	Movimentações para Incorporação de Saldos	2,51	3,91
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>4.740,76</b>	<b>4.527,98</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>1.797,67</b>	<b>2.933,46</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.000,90	905,83	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	638,27	696,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.632,45	3.454,21	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.155,20	2.177,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12,68	62,34	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4,13	59,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários	94,74	105,62	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,07	0,43
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,28	0,63	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	0,07	
Restituições a Pagar		0,03	Valores Compensados		0,29
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,01			0,14
Arrecadação de Outra Unidade	89,79	104,94	Demais Pagamentos		
Valores para Compensação	0,01				
Demais Recebimentos	4,64				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.760,42</b>	<b>7.405,59</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>6.481,39</b>	<b>9.473,84</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.760,42	7.405,59	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.481,39	9.473,84
<b>TOTAL</b>	<b>26.106,07</b>	<b>37.855,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26.106,07</b>	<b>37.855,38</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023



#### 4.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de reais

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2022</b>	<b>3.351,23</b>	<b>55,67</b>	<b>0,01</b>	-	<b>12,76</b>	<b>261.876,27</b>	-	-	<b>265.295,93</b>
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,31	-	-	-	599,83	-	-	600,14
Aumento/Redução de Capital	55,67	-38,55	-	-	-	-	-	-	17,12
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	13,60	-	-	13,60
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.119,74	-	-	2.119,74
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	43,92	-	-608,72	-	-	-564,80
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-13,68	-	-	-13,68
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	0,02	-	-	0,02
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2022</b>	<b>3.406,90</b>	<b>17,43</b>	<b>0,01</b>	<b>43,92</b>	<b>12,76</b>	<b>263.987,06</b>	-	-	<b>267.468,07</b>

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2023</b>	<b>3.104,10</b>	<b>17,43</b>	-	-	-	<b>17.159,91</b>	-	-	<b>20.281,43</b>
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-0,08	-	-	-	-5.556,62	-	-	-5.556,70
Aumento/Redução de Capital	17,43	-0,66	-	-	-	-	-	-	16,77
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	10,70	-	-	10,70
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-15,68	-	-	-15,68
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2023</b>	<b>3.121,52</b>	<b>16,69</b>	-	-	-	<b>11.598,31</b>	-	-	<b>14.736,53</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023

## 4.6 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM MILHARES DE REAIS

	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>833,03</b>	<b>1.209,87</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>15.291,49</b>	<b>23.826,88</b>
Receita Tributária	4,19	21,27
Receita de Contribuições	2,39	1.047,37
Receita Patrimonial	1,80	19,15
Receita Agropecuária	3,73	7,96
Receita Industrial	0,03	-
Receita de Serviços	150,44	119,91
Remuneração das Disponibilidades	275,45	307,23
Outras Receitas Derivadas e Originárias	55,91	34,76
Transferências Recebidas	0,75	4,58
Intergovernamentais	0,23	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	0,23	-
Outras Transferências Recebidas	0,52	4,58
Outros Ingressos Operacionais	14.796,81	22.264,65
Ingressos Extraorçamentários	12,68	62,34
Restituições a Pagar	-	0,03
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,01
Transferências Financeiras Recebidas	14.689,68	22.097,33
Arrecadação de Outra Unidade	89,79	104,94
Valores para Compensação	0,01	-
Demais Recebimentos	4,64	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-22.617,01</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>3.556,97</b>	<b>-5.023,23</b>
Administração	-0,02	-0,06
Defesa Nacional	-0,22	-
Assistência Social	-	-141,31
Previdência Social	-974,82	-1.330,57
Direitos da Cidadania	-0,26	-0,64
Urbanismo	-	-24,59
Gestão Ambiental	-6,51	-18,44
Ciência e Tecnologia	-0,05	-0,05
Agricultura	-2.562,74	-2.975,76
Organização Agrária	-5,18	-443,92
Indústria	-0,07	-0,02
Comércio e Serviços	-	-
Energia	-7,37	-88,50
Encargos Especiais	0,28	0,63
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.028,18	-1.111,97
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-571,23</b>	<b>-611,89</b>
Intergovernamentais	-177,76	-182,96
A Estados e/ou Distrito Federal	-393,47	-428,92
A Municípios	-433,44	-483,69
Intragovernamentais	-23,51	-16,40
Outras Transferências Concedidas	-9.873,31	-16.481,81
Outros Desembolsos Operacionais	-4,13	-59,75
Dispêndios Extraorçamentários	-0,07	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-9.869,11	-16.421,63
Transferências Financeiras Concedidas	-	-0,29
Valores Compensados	-	-0,14
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>1.887,94</b>	<b>858,37</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.420,53</b>	<b>2.262,24</b>
Alienação de Bens	3,91	56,50
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.416,63	2.205,74
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-532,59</b>	<b>-1.403,87</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-28,58	-63,17
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-489,79	-1.173,62
Outros Desembolsos de Investimentos	-14,22	-167,07
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.720,98</b>	<b>2.068,25</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>3.760,42</b>	<b>7.405,59</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>6.481,39</b>	<b>9.473,84</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023

## 5) NOTAS EXPLICATIVAS

### 5.1 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

### 5.2 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

#### **5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

### **5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **5.2.3) Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### **5.2.4) Estoques**

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

### **5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no FUNCAFÉ, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

### **5.2.6) Investimentos**

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas

prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

#### **5.2.7) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### **5.2.8) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

#### **5.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis \_devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da

colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, consta todas as regras referentes à Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

#### **5.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

$Kd$  = coeficiente de depreciação  $n$  = vida útil da acessão

$x$  = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### **5.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes**

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais

ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

#### **5.2.12) Empréstimos e Financiamentos**

Compreende as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que se referem a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

#### **5.2.13) Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas - Embrapa;
- b) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo na Embrapa.

#### **5.2.14) Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro

#### **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.



No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 5.3 – PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

De acordo com o Processo SEI nº 21000.021394/2023-12, a STI desenvolveu um sistema estruturado no SICAR para a extração mensal dos dados sobre os Autos de Infração “PENDENTES DE PAGAMENTOS, PAGOS e ENCAMINHADOS À DIVIDA ATIVA” para registro no SIAFI.

A CCONT estruturou os procedimentos dos registros extraídos pela STI no Processo SEI nº 21000.126050/2022-18, relacionado no processo acima, com a emissão da Nota Técnica 1, enviada à SDA para disseminação às SFAs, para os devidos registros contábeis a partir de junho/2023.

### 5.4 – MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Decreto nº 11.332, de 01/01/2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

### 5.5 – PARTES RELACIONADAS

#### 5.5.1. Definição:

##### 5.5.1.1 Parte relacionada

É a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração, pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada aquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, não estão incluídas no conceito de partes relacionadas:

a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas

negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e

b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

#### **5.5.1.2. Transação com partes relacionadas**

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

#### **5.5.1.3. Influência significativa**

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC).

#### **5.5.1.4. Pessoal-Chave da Administração**

Inclui todos os diretores ou membros do corpo administrativo que, no nível do Governo como um todo, pode consistir dos representantes eleitos ou nomeados (por exemplo, presidente, governador ou prefeito, ministros ou secretários, deputados ou vereadores, conselheiros ou nomeados em cargos de confiança), os quais possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, bem como são os responsáveis pelo gerenciamento de recursos e alcance, de maneira geral, dos objetivos da entidade. Quando a entidade está sujeita à supervisão de representante eleito ou nomeado pelo corpo administrativo do Governo, esse representante deve ser incluído no pessoal-chave da administração, se a função de supervisão incluir a autoridade e a responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades da entidade. Sobre os assessores-chave desses representantes, o julgamento é exigido na avaliação a fim de considerar se o indivíduo é assessor chave e se satisfaz à definição de pessoal chave da administração ou parte relacionada. Atribuições legais definidas, acesso a informações privilegiadas, relação de trabalho especial com aquele que possui o controle da entidade, podem ser alguns dos critérios verificados ao avaliar se o assessor-chave também pode exercer controle ou influência significativa sobre a entidade. Em algumas jurisdições, empregados públicos do Governo não tem suficiente autoridade e responsabilidade para se qualificarem como

pessoal-chave da administração do Governo como um todo (conforme definido nesta Norma). Nessas situações, o pessoal-chave da administração deve consistir apenas dos membros nomeados para o corpo administrativo que detenham a maior responsabilidade pelo Governo, por exemplo, Ministros de Estado. A alta administração de entidade econômica pode compreender indivíduos tanto da controladora quanto de outras entidades que, coletivamente, formam a entidade econômica.

#### **5.1.1.5. Membros próximos da família do Pessoal-Chave da Administração**

São os parentes próximos ou imediatos da família do indivíduo considerados capazes de influenciá-lo nas transações com a entidade. Embora haja necessidade do julgamento subjetivo para determinar se o indivíduo é considerado membro próximo da família, presume-se que os parentes próximos discriminados abaixo, tenham ou estejam sujeitos a tal influência de forma a satisfazer à definição da norma:

- a. Cônjuge, companheiro (a), filho (a), dependente ou parente vivendo na mesma residência;
- b. Avô (ó), pai (mãe), filho (a) não dependente, neto (a), irmão ou irmã; e
- c. Cônjuge ou companheiro (a) de filho (a), sogro (a), cunhado (a).

#### **5.1.2. MAPA – Pessoal-Chave da Administração**

A alta administração do órgão do MAPA participa dos seguintes colegiados:

1. Câmara de inovação da política nacional de inovação;
2. Câmara de relações exteriores e defesa nacional do conselho de governo – CREDEN;
3. Câmara interministerial de segurança alimentar e nutricional – CAISAN;
4. Comissão de desenvolvimento integrado para o centro espacial de ALCÂNTARA-CDI-CEA;
5. Comissão executiva do programa EXCELLENTIA;
6. Comissão executiva nacional do plano setorial para consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura – CENABC;
7. Comissão interministerial para os recursos do mar – CIRM;
8. Comissão interministerial permanente de prevenção e controle do desmatamento do PPCDAM;
9. Comissão nacional de biodiversidade – CONABIO;
10. Comitê de desenvolvimento do programa nuclear brasileiro – CDPNB;

11. Comitê de financiamento e garantia das exportações - COFIG - (CAMEX);
12. Comitê de governança digital - CGD/MAPA;
13. Comitê de segurança da informação - CSI/MAPA;
14. Comitê executivo do programa nacional de levantamento e interpretação de solos no brasil – PRONASOLOS;
15. Comitê gestor do fundo setorial do agronegócio - CT-AGRO
16. Comitê interministerial para a promoção de comércio e investimentos entre a república federativa do brasil e o reino da ARÁBIA saudita
17. Comitê interministerial sobre a mudança do clima e o crescimento verde – CIMV;
18. Comitê interno de governança – CIGOV;
19. Comitê nacional de investimentos - CONINV (CAMEX);
20. Comitê orientador do fundo AMAZÔNIA – COFA;
21. Comitê permanente de acompanhamento normativo - CPAN/MAPA;
22. Comitê técnico do conselho deliberativo da SUDAM (CONDEL/SUDAM);
23. Comitê-estratégico do programa nacional de levantamento e interpretação de solos do brasil – PRONASOLOS;
24. Comitê-executivo da câmara de relações exteriores e defesa nacional do conselho de governo – CREDEN;
25. Comitê-executivo de gestão - GECEX DA CAMEX;
26. Conselho de administração da SUFRAMA;
27. Conselho deliberativo da política do café – CDPC;
28. Conselho deliberativo do desenvolvimento do centro-oeste - CONDEL/SUDECO;
29. Conselho deliberativo do sistema de proteção da AMAZÔNIA – CONSIPAM;
30. Conselho estratégico da CAMEX;
31. Conselho fiscal da EMBRAPA;
32. Conselho fiscal do SENAR;
33. Conselho gestor do fundo de universalização dos serviços de telecomunicações – FUST;
34. Conselho nacional de biossegurança (CNBS);
35. Conselho nacional de ciência e tecnologia – CCT;
36. Conselho nacional de desenvolvimento industrial – CNDI;
37. Conselho nacional de fertilizantes e nutrição de plantas – CONFERT;
38. Conselho nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – CONMETRO;
39. Conselho nacional de política energética – CNPE

40. Conselho nacional de segurança alimentar e nutricional – CONSEA
41. Conselho nacional de trânsito – CONTRAN;
42. Conselho nacional do serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo – SESCOOP;
43. Conselho superior da agência espacial brasileira (AEB);
44. Conselho superior do ecossistema brasil 5.0 - comunicar, engajar e operacionalizar;
45. Fórum brasileiro de mudança do clima – FBMC;
46. Grupo técnico temporário com o objetivo de elaborar proposta de atualização da política nacional sobre mudança do clima - PNMC /CIM;
47. Plano geral de ações para 2023 e rede de comunicação social - plano de comunicação social do setor nuclear brasileiro;
48. Sistema brasileiro de inteligência – SISBIN;
49. Subcomissão executiva do plano de prevenção e controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira – PPCDAM
50. Unidade de gestão do Agronordeste.

### **5.1.3. EMBRAPA**

#### **Remuneração de empregados**

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 2 mil e R\$ 39 mil, com média salarial de R\$ 21 mil. No levantamento foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio/quinquênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística.

#### **Quantitativo de empregados**

A quantidade de empregados contratados até 30 de junho de 2023 é de 7.417.

#### **Remuneração de dirigentes**

A remuneração mensal de dirigentes é fixa de R\$ 34 mil com adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário. Não é praticada a remuneração variável na Embrapa.

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria-Executiva.

A remuneração média mensal dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria é de R\$ 3,6 mil.

### Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa colocou à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela 01 demonstra-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

**Tabela 01.** Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	18.293	12.769	31.061
Embrapa-FlexCeres	12.845	14.512	27.357
<b>Total</b>	<b>31.138</b>	<b>27.281</b>	<b>58.418</b>

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os benefícios cobertos pelos dois planos são as aposentadorias programadas, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão ou detenção, a pensão por morte e o pecúlio por morte. O patrimônio de cobertura dos planos é informado nas Tabelas 02 e 03.

**Tabela 02.** Plano Embrapa Básico – em março de 2023.

R\$ mil

Item	Total
Patrimônio de cobertura do plano (A)	5.875.245
Provisões matemáticas (B)	5.736.669
<b>Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)</b>	<b>138.576</b>
Ajuste de precificação (D) <sup>(1)</sup>	347.456
<b>Superávit total acumulado = (C + D)</b>	<b>486.032</b>

<sup>(1)</sup>O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

**Tabela 03.** Plano Embrapa-FlexCeres – em março de 2023

R\$ mil

Item	Total
Patrimônio de cobertura do plano (A)	1.734.151
Provisões matemáticas (B)	1.736.957
<b>Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)</b>	<b>-2.806</b>
Ajuste de precificação (D) <sup>(1)</sup>	14.758
<b>Superávit total acumulado = (C + D)</b>	<b>11.952</b>

<sup>(1)</sup>O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de março de 2023 com 11.820 participantes e assistidos, sendo 7.376 no plano Embrapa Básico e 4.444 no plano Embrapa-FlexCeres (Tabela 04).

**Tabela 04.** Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 31 de março de 2023.

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.289	5.087	7.376
Embrapa-FlexCeres	4.206	238	4.444
<b>Total</b>	<b>6.495</b>	<b>5.325</b>	<b>11.820</b>

#### **Plano de saúde– Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa**

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Casembrapa) foi constituída em outubro de 2007 como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

Em 31 de março de 2023, a Casembrapa possuía 21.460 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (2022), houve uma redução no número de beneficiários de aproximadamente 1,15%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

- a) Ativos: composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes; e
- b) Assistidos: composto por ex-empregados - aposentados ou demitidos sem justa



causa - viúvos/as e respectivos dependentes.

Considerando o quantitativo de 21.460 mil beneficiários, o grupo de “Assistidos” representa 21,69% do total de beneficiários. Além disso, o total de “Ativos Titulares” (n= 9.187) representa aproximadamente 69,58% do total de empregados em efetivo exercício na Embrapa (n=6.393).

A contribuição dos inativos é composta por: 6,24% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) + a parte patronal paga pelos Inativos: R\$ 351,22 (per capita) + coparticipação quando houver utilização.

Nas Tabelas 6 a 8 demonstram-se as despesas, as receitas (de janeiro a junho de 2023), o resumo do balanço patrimonial e o resultado do exercício do plano Casembrapa.

**Tabela 06. Casembrapa – Despesas realizadas (janeiro a junho 2023)**

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	4.781.153,74	110.044,15	141.319,94	5.032.517,83
De 19 a 23 anos	1.418.961,19	105.308,83	14.816,80	1.539.086,81
De 24 a 28 anos	74.218,53	4.401,24	19.337,74	97.957,51
De 29 a 33 anos	274.559,41	21.711,11	30.377,26	326.647,78
De 34 a 38 anos	1.664.960,59	8.131,51	177.425,91	1.850.518,01
De 39 a 43 anos	4.029.642,98	51.142,08	67.992,34	4.148.777,41
De 44 a 48 anos	5.563.693,98	220.594,55	35.689,91	5.819.978,44
De 49 a 53 anos	5.180.056,60	217.556,09	5.680,55	5.403.293,24
De 54 a 58 anos	6.543.653,36	1.036.943,88	6.999,28	7.587.596,52
59 anos ou mais	19.496.298,04	34.423.293,03	1.782,07	53.922.485,41
TOTAL	49.027.198,42	36.199.126,47	501.421,80	85.728.858,96

**Tabela 07. Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a junho 2023).**

Faixa etária	Mensalidade			Patronal		Total
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	Embrapa – PDI	
De 0 a 18 anos	0,00	1.106,41	233.849,41	8.934.685,58	18.614,66	9.188.256,06
De 19 a 23 anos	0,00		152.832,05	2.181.076,20	16.507,34	2.350.415,59
De 24 a 28 anos	0,00	0,00	7.024,40	118.009,92	0,00	125.034,32
De 29 a 33 anos	27.672,80	0,00	11.941,48	269.034,52	2.458,54	311.107,34
De 34 a 38 anos	1.224.975,41	0,00	14.400,02	1.310.050,60	0,00	2.549.426,03
De 39 a 43 anos	5.157.521,86	14.690,29	74.458,64	3.591.926,94	3.160,98	8.841.758,71
De 44 a 48 anos	6.270.754,92	33.505,02	99.505,80	3.827.244,34	1.404,88	10.232.414,96
De 49 a 53 anos	5.917.451,31	39.524,51	146.458,74	3.705.019,78	9.131,72	9.817.586,06
De 54 a 58 anos	6.675.701,05	232.381,90	483.740,48	4.288.044,98	23.882,96	11.703.751,37
59 anos ou mais	11.670.329,42	10.327.346,31	8.055.465,05	6.692.145,88	440.781,10	37.186.067,76
Total	36.944.406,77	10.648.554,44	9.279.676,07	34.917.238,74	515.942,18	92.305.818,20

**Tabela 08. Receita realizada do plano Casembrapa (janeiro a junho 2023)**

Faixa etária	Mensalidade		Patronal		Total
	Ativo	Inativo	Ativo	Inativo	
De 0 a 18 anos	0,00	0,00	175.959,75	3.863,42	179.823,17
De 19 a 23 anos	2.175,54	0,00	28.671,26	0,00	30.846,80
De 24 a 28 anos	11.129,49	0,00	26.341,50	0,00	37.470,99
De 29 a 33 anos	17.632,79	1.544,01	35.824,44	2.809,76	57.811,00
De 34 a 38 anos	49.190,76	1.184,04	89.853,78	3.788,16	144.016,74
De 39 a 43 anos	34.971,55	0,00	81.120,49	702,44	116.794,48
De 44 a 48 anos	13.704,97	0,00	35.473,22	0,00	49.178,19
De 49 a 53 anos	9.301,45	54,40	14.400,02	351,22	24.107,09
De 54 a 58 anos	6.488,09	1.246,14	7.726,84	2.107,32	17.568,39
59 anos ou mais	440,65	0,00	6.321,96	0,00	6.762,61
<b>Total</b>	<b>145.035,29</b>	<b>4.028,59</b>	<b>501.693,26</b>	<b>13.622,32</b>	<b>664.379,46</b>

## 6) COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

#### A - Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.312,14</b>	<b>11.049,07</b>	<b>-33,82%</b>	<b>100%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.481,39	7.285,23	-11,03%	88,64%
Créditos a Curto Prazo	772,65	3.583,78	-78,44%	10,57%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,38	0,38	0%	0%
Estoques	57,72	179,68	-67,88%	0,79%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	0	-	-

Do total do Ativo (**R\$ 18,17 bilhões**), o Ativo Circulante detém R\$ 7,31 bilhões, o que equivale a 40,24% desse grupo. Apesar da expressividade desse valor, quando comparado ao ativo circulante referente a dezembro de 2022, verifica-se uma queda de 33,82%.

#### ➔ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Jun/2023		Dez/2022	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	5.339,99	82,39%	3.017,33	41,42%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	523,87	8,08%	1.030,45	14,14%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	551,08	8,50%	572,39	7,86%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	1,25	0,02%	-	-
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	60,87	0,94%	67,40	0,93%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	-	-	5,38	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,25	0,07%	4,59	0,06%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	-	-	1,13	-
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,09	0%	0,10	0%
<b>Totais</b>	<b>6.481,39</b>	<b>100%</b>	<b>7.285,23</b>	<b>100%</b>

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 88,64% referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre, apresentou saldo de **R\$ 6,48 bilhões**, destacando-se o valor de R\$ 5,34 bilhões da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** que representa 82,39% do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União.

#### Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 6,48 bilhões

➔ Moeda Nacional em 30/06/2023 **R\$ 6,48 bilhões**

➔ Moeda Estrangeira em 30/06/2023 **R\$ 4,25 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 6,48 bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 5,40 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 0,09 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 60,87 milhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1,08 bilhões**

R\$ Milhões

Por Órgão	Jun/2023	Dez/2022	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	5.352,86	3.021,00	77,19%	82,59%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	789,15	473,89	66,53%	12,18%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	339,38	265,54	27,81%	5,23%
Total:	<b>6.481,39</b>	<b>3.760,43</b>	<b>72,36%</b>	<b>100%</b>

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o aumento, em relação ao último trimestre de 2022 por parte do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), que apresentou aumento de 77,19% em relação ao último trimestre do exercício anterior, em virtude de despesas financeiras, além do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) que também mensurou um aumento de 66,53% — decorrente de recursos de despesas de custeio.

→ Créditos a Curto Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>TOTAL - CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>772,65</b>	<b>3.583,78</b>	<b>-78,44%</b>	<b>100%</b>
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>2,92</b>	<b>1.741,71</b>	<b>-99,83%</b>	<b>0,38%</b>
CLIENTES	2,92	5,65	-48,32%	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	1.738,27		-
AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-	(2,21)		-
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>769,73</b>	<b>1.842,07</b>	<b>-77,42%</b>	<b>100%</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	230,46	247,88	-7,03%	29,94%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	7,77	186,62	-95,84%	1,00%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	9,26	16,42	-43,61%	1,20%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	522,24	1.392,02	-62,48%	67,85%
OUTROS CRÉDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	-	(0,87)	-	-
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO				

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 10,57% referem-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 772,65 milhões**, diminuindo 78,44% com relação ao último trimestre de 2022.

A queda acentuada nos Empréstimos e Financiamentos Concedidos foi responsável pela forte redução do montante dos créditos a curto prazo. Isso se deu pelo fato de que nem o INCRA, nem o Fundo de Terras se vinculam ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por conta da nova estrutura desde o dia 1º de janeiro de 2023. No que diz respeito aos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a desvinculação do INCRA, Fundo de Terras, CONAB e SFB ocasionou uma significativa queda da ordem de 77,42% nesse grupo de contas.

→ **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>230,46</b>	<b>247,88</b>	<b>-7,03%</b>	<b>100%</b>
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	157,21	20,06	683,70%	68,22%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	55,32	82,53	-32,97%	24%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,10	0,04	150%	0,04%
SALÁRIOS E ORDENADOS	0,99	12,27	-91,93%	0,43%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	-	82,11	-	-
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	0,51	1,31	-61,07%	0,22%
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇO	0,16	0,16	0%	0,07%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	-	29,19	-	-
ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIA LEGAL	-	5,46	-	-
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	16,16	14,76	9,49%	7,01%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>522,24</b>	<b>1.392,02</b>	<b>-62,48%</b>	<b>100%</b>
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	184,65	371,87	-50,35%	35,36%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	337,59	1.020,15	-66,91%	64,64%

R\$ Milhões

Órgão	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	24,54	20,27	21,07%	4,70%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	20,38	21,42	-4,86%	3,90%
MINIST. DA AGRICUL.PECUARIA E ABASTECIMENTO	477,31	500,78	-4,69%	91,40%
<b>Total</b>	<b>522,24</b>	<b>542,47</b>	<b>-3,73%</b>	<b>100%</b>

O saldo de Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo encontra nos termos de execução descentralizada (TED's) sua maior parcela, que concentra 61,74% do total do grupo. Nesse item, é fundamental destacar o atendimento por parte do Ministério da Agricultura (MAPA) de recomendações feitas em processo de Auditoria promovido pela Controladoria Geral da União (Processo 21000.126050/2022-18 – Recomendação de Auditoria nº 1277033). Em virtude dessa provocação do controle interno, os autos de infração passaram a figurar no SIAFI em valores que são inseridos mensalmente por meio dos registros efetuados no último dia do mês, através dos saldos levantados do sistema SICAR, o que denota maior controle de ativos a receber decorrente de infrações e multas aplicadas aos transgressores no âmbito da agricultura e pecuária. Em termos de representatividade, dentro desse grupo, a conta 113810700 (Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais) responde por 35,13% do total. Por fim, dentro desse grupo, o Ministério da Agricultura (MAPA) detém 91,40% do total.

→ **Estoque:**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>ESTOQUES</b>	<b>57,72</b>	<b>179,68</b>	<b>-67,88%</b>	<b>100%</b>
MERCADORIAS PARA REVENDA	3,72	123,07	-96,98%	6,44%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	2,08	2,74	-24,09%	3,60%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0,35	0,35	0%	0,61%
MATERIAIS EM TRANSITO	-	0,10	--	-
ALMOXARIFADO	44,43	46,38	8,32%	76,98%
OUTROS ESTOQUES	7,14	7,05	1,28%	12,37%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 0,79% referem-se a Estoques. No segundo trimestre de 2023, o grupo Estoques apresentou saldo de R\$ 57,72 milhões e diminuiu significativamente em 67,88% com relação ao último trimestre de 2022. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões

Órgão	Jun/2023	Dez/2022	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	14,19	14,60	-2,81%	24,58%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	43,53	41,35	5,27%	75,42%
Total	<b>57,72</b>	<b>55,95</b>	<b>3,16%</b>	<b>100%</b>

Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **EMBRAPA**, que representa 75,42% de todo o grupo e aumentou 5,27% em relação ao último trimestre de 2022 e se concentra no almoxarifado.

## B - Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11.511,73</b>	<b>261.628,34</b>	<b>-95,60%</b>	<b>100%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.353,65	26.725,04	3,94%	55,19%
Investimentos	7,77	14,06	0,21%	0,07%
Imobilizado	5.050,93	234.754,32	0,03%	43,88%
Intangível	99,37	134,91	9,82%	0,86%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 10,86 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 59,76% e seu saldo reduziu 95,85% com relação ao último trimestre de 2022. Essa queda acentuada se deve basicamente pela desvinculação do INCRA deste Ministério, no dia 1º de janeiro de 2023.

### → Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>5.730,53</b>	<b>26.725,04</b>	<b>-78,56%</b>	<b>100%</b>
CREDITOS A LONGO PRAZO	5.282,38	16.761,68	-68,49%	92,18%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	448,15	9.963,36	-95,50%	7,82%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	-	-	-	-

### → Créditos a Longo Prazo - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>CREDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>5.282,38</b>	<b>16.761,68</b>	<b>-68,49%</b>	<b>100%</b>
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	5.081,03	16.421,43	-69,06%	96,19%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201,35	201,38	-0,01%	3,81%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	-	138,87	0%	-
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	-	0,03	0%	-

### Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Órgão	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	5.081,03	7.007,86	-27,50%	100%
Total	5.081,03	7.007,86	-27,50%	

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram decréscimo da ordem de 27,50% em relação ao último trimestre de 2022, por conta da saída dos demais órgãos do MAPA, em virtude da reestruturação dos órgãos federais em 01/01/2023. Conseqüentemente, o **Funcafé** passou a constituir a totalidade da concessão dos empréstimos. Uma vez que o **Funcafé** assumiu com exclusividade toda a carteira de créditos e financiamentos a longo prazo do MAPA, em

atendimento às recomendações de auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), achado 2.3.4.2, é importante destacar que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira são destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o Custeio das lavouras, Comercialização e Aquisição de Café, Capital de Giro para Indústrias e Cooperativas, e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas. O público-alvo são cafeicultores e suas cooperativas, indústrias de café torrado, moído e de solúvel, torrefadores e exportadores. Os recursos chegam a esse público por meio de instituições financeiras que firmam contrato com o MAPA. As condições para a concessão dos financiamentos (taxas, itens negociáveis, parcelas, prazo de carência, liberação do crédito beneficiários, etc.) são estabelecidas em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e consolidadas nos capítulos 9 e 7, Seção 5 do Manual de Crédito Rural.

Ao prezar pela transparência em seus processos, importa ainda ressaltar o fato de que as diversas linhas de crédito em plena execução podem ser encontradas no painel disponibilizado com dados e informações recentes contendo os valores contratados, liberados e disponíveis, com percentuais que possibilitam a qualquer interessado acompanhar o nível de recursos aplicados, a quantidade de beneficiários atendidos, os valores aplicados por linhas de crédito ou por unidade da federação. As informações do painel do Funcafé podem ser encontradas através do seguinte *link* de acesso: [https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/single/?appid=f5a31dab-d774-49ed-8ba4-f7847466a9b4&sheet=f879abba-7a90-46f5-9f62-74c5d2e78577&lang=pt-BR&theme=card&opt=cursel%2Cctxmenu&select=AN\\_EXERCICIO\\_IF,2022](https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/single/?appid=f5a31dab-d774-49ed-8ba4-f7847466a9b4&sheet=f879abba-7a90-46f5-9f62-74c5d2e78577&lang=pt-BR&theme=card&opt=cursel%2Cctxmenu&select=AN_EXERCICIO_IF,2022).

➔ **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH	AV
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	367,55	395,61	-7,09%	82,02%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	79,15	72,31	9,46%	17,66%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	1,45	1,45	0%	0,32%
<b>Total</b>	<b>448,15</b>	<b>9.963,35</b>	<b>-95,50%</b>	<b>100%</b>

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO</b>	<b>14,71</b>	<b>9.443,86</b>	<b>-99,84%</b>	<b>100%</b>
CRED A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	7,26	12,38	-41,36%	49,35%
DUPLICATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	5,95	6,59	-9,71%	40,45%
CRÉDITOS PARCELADOS	1,50	16,61	-90,97%	10,20%

A conta **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** sofreu forte redução de 95,50% oriundo da saída de órgãos como o **INCRA**, que respondia por mais de 80% do total da rubrica no último trimestre de 2022. Portanto, no que diz ao volume de recursos desse item, a **EMBRAPA** é responsável por 82,02%.



Quanto ao total do ativo, verificou-se que no decorrer das diversas contas demonstradas, a saída de órgãos como a CONAB, INCRA, SFB e FUNDO DE TERRAS, devido à reestruturação, provocou forte impacto de redução dos saldos dos itens do ativo.

- **O Imobilizado** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#);
- **O Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- **Os Investimentos** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#).

## C - Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.436,22</b>	<b>2.829,00</b>	<b>-13,88%</b>	<b>100%</b>
Adiantamentos de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	602,43	1.195,13	-49,59%	24,73%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.121,45	996,76	12,51%	46,03%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	4,98	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	616,12	443,21	39,01%	25,29%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	90,22	167,10	-46,00%	3,70%
Provisões a Curto Prazo	6,00	-	-	0,25%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	21,81	-	0%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 3,43 bilhões**, o Passivo Circulante representa 71,14% e seu saldo no total de R\$ 2,44 bilhões representou redução de 13,88% com relação ao último trimestre de 2022.

No que diz respeito às demais obrigações a curto prazo, que sofreu uma forte redução de 49,59%, cabe ressaltar que a MAPA é responsável por 66,51% do total dos valores apresentados.

Outro conta do passivo circulante que merece destaque, devido a sua alta taxa de variação apresentada, quando comparada ao último trimestre de 2022, é a dos fornecedores e contas a pagar no curto prazo, que também sofreu redução de 46%.

No que tange às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, elas permanecem ocupando a maior fatia do passivo circulante com 46,03% e sofreram aumento de 12,51% nesse segundo trimestre de 2023 quando comparado ao último trimestre de 2022.

➔ **Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001](#):

## D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>996,48</b>	<b>2.380,34</b>	<b>-58,14%</b>	<b>100%</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0%	31,70%
Provisões a Longo Prazo	680,62	1.143,64	-40,49%	68,30%
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	920,83	-	-

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 3,43 bilhões**, o Passivo Não Circulante representa 29,03% e seu saldo no total de R\$ 996,48 milhões decresceu em 58,14% quando comparado ao último trimestre de 2022.

O subgrupo **Provisões a Longo Prazo**, apresentou redução de 40,49% em relação ao último trimestre de 2022. No entanto, como indica a tabela, os valores contidos nessa conta representam 68,30% do total do Passivo Não Circulante. Cabe ressaltar que a maior parte desse montante corresponde aos registros dos resultados previstos na CVM nº 695/2012 por parte da EMBRAPA relativos a planos previdenciários e planos de saúde.

→ **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#) ;

→ **As Provisões a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#).

→ **Demais Obrigações a Longo Prazo** não constam saldos a longo prazo em virtude de que com a reestruturação dos órgãos federais a CONAB, que respondia pela totalidade desses saldos, não está mais vinculada ao MAPA.

## E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.121,52	3.406,90	-8,38%	21,18 %
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	16,69	17,43	-4,25%	0,11%
Reservas de Capital	-	0,01	-	0%
Reservas de Lucros	-	43,92	-	-
Demais Reservas	-	12,76	-	0%
Resultados Acumulados	11.599,96	263.987,06	-95,61%	78,71%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14.738,17</b>	<b>267.468,08</b>		<b>100%</b>

## Resultados Acumulados:

R\$ Milhões

Órgão	Jun/2023	Dez/2022	AH%	AV%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	4.534,69	10.228,39	-56,57%	39,13%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	9.936,15	9.336,15	0%	85,74%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	(2.881,59)	(3.004,63)	-4,11%	-24,86%
<b>Total</b>	<b>11.589,25</b>	<b>16.559,91</b>	<b>-30,57%</b>	<b>100%</b>

O órgão com maior relevância é o **Funcafé** que representa 85,74% do total da conta.

Com efeito, notadamente, assim como foi com relação ao ativo, a reestruturação dos órgãos federais provocou impacto nas contas do passivo do Ministério da Agricultura e Pecuária com significativas reduções em seus saldos, o que refletiu nos números apresentados em todo o **Balanço Patrimonial**

## Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagas

Ao final do 2º Trimestre de 2023, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 406,08 milhões**, relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar de curto e longo prazo, tendo decréscimo de 15,92% em relação a dezembro de 2022.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

**Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

COMPOSIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
Circulante (Curto Prazo)	90,22	167,10	-46,01%
Nacionais	90,22	167,10	-46,01%
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante (Longo Prazo)	315,86	315,86	-
Nacionais	315,86	315,86	-
Total	406,08	482,96	-15,92%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 46,01% em relação a dezembro 2022.

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/06/2023 o saldo relevante é Fornecedores Nacionais de Longo Prazo, do órgão contratante FUNCAFÉ.

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 30/06/2023, estão discriminados os fornecedores mais significativos do Mapa com seus respectivos saldos.

**Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

FORNECEDORES	R\$ Milhões	
	30/06/2023	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	315,86	77,79%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	60,02	14,78%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	7,80	1,92%
ECOPOWER EFICIÊNCIA ENERGÉTICA LTDA	4,65	1,15%
INST INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA	0,80	0,20%
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA	0,62	0,20%
FORÇA E APOIO SEGURANÇA PRIVADA LTDA	0,62	0,15%
SEGUROS SURA S.A.	0,45	0,11%
NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S/A	0,40	0,10%
JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA	0,37	0,09%
Demais Fornecedores	14,49	3,52%

Total	406,08	100
-------	--------	-----

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do Mapa, o FUNCAFÉ é responsável por 77,79% do total das obrigações, conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor Banco do Brasil, no valor de **R\$ 315,86 milhões**, refere-se à obrigação de Longo Prazo do órgão contratante Funcafé.

O valor de R\$ **315,86 milhões** (sem correção monetária) registrado no exercício de 2013 trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região e o processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, está concluso para sentença.

Com relação à obrigação com a Caixa Econômica Federal, 14,78% do valor total refere-se a atividades de gestão operacional para execução de contratos de repasse com a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA.

## Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/06/2023, no órgão do Mapa, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 2.838,80 milhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 2º Trimestre de 2023, conforme abaixo:

### Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

Itens	30/06/2023	31/12/2022	R\$ Milhões	
			AH(%)	AV(%)
Serviços	1.525,54	3.365,78	-57,29%	53,74%
Empréstimos e Financiamentos	1.204,69	1.205,05	-0,02%	42,44%
Fornecimento de Bens	84,6	126,13	-33,75%	2,98%
Seguros	14,37	15,13	-4,99%	0,51%
Demais	7,75	14,41	-46,25%	0,27%
Aluguéis	1,84	9,52	-80,63%	0,06%

As obrigações contratuais do Mapa diminuíram 40,06% com relação a dezembro de 2022. Todas as rubricas diminuíram devido à desincorporação de órgãos. As rubricas mais representativas são Serviços, que representa 53,74% do total das obrigações assumidas pelo Ministério e Empréstimos e Financiamentos que soma 42,44% do total.

<b>Total</b>	2.838,80	4.736,02	-40,06%	100,00%
--------------	----------	----------	---------	---------

Fonte: Tesouro Gerencial

## Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	30/06/2023	AV(%)
MAPA	1.325,07	46,68%
FUNCAFÉ	1.208,77	42,58%
EMBRAPA	304,95	10,74%
<b>TOTAL</b>	<b>2.838,80</b>	<b>100,00%</b>

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/06/2023. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 46,68% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte

dessas obrigações referentes a Serviços. E o **FUNCAFÉ**, com 42,58% do valor total, sendo a maioria - 99,66% - referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

## Tabela 03 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

A tabela 03 relaciona os contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 30/06/2023. O contrato com valor mais expressivo é o da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 411,45 milhões, que representa 14,49% de todas as obrigações contratuais do MAPA, seguido dos contratos com os bancos BRADESCO, MUFG BRASIL S.A, DO BRASIL S A, CITIBANK S A e RABOBANK INTERNATIONAL que somam 22,88% de todas as obrigações contratuais do MAPA.

Contratado	30/06/2023	AV (%)	ÓRGÃO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	411,45	14,49%	MAPA
BANCO BRADESCO S.A.	200,31	7,06%	FUNCAFÉ
BANCO MUFG BRASIL S.A.	151,46	5,34%	FUNCAFÉ
BANCO DO BRASIL SA	116,79	4,11%	FUNCAFÉ
BANCO CITIBANK S A	90,83	3,20%	FUNCAFÉ
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	90,12	3,17%	FUNCAFÉ
CAST INFORMATICA S/A	83,18	2,93%	EMBRAPA
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	72,32	2,55%	FUNCAFÉ
BANCO FIBRA SA	67,72	2,39%	FUNCAFÉ
COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVAR LTDA. - SICOOB CREDIVAR	57,00	2,01%	FUNCAFÉ
MIRANDA TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	48,80	1,72%	MAPA
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	1.448,80	51,04%	
<b>Total</b>	<b>2.838,80</b>	<b>100,00%</b>	

## Nota nº 003 – Provisões

Em 30 de junho de 2023, o **MAPA** apresentou um saldo total de **R\$686,61** (seiscentos e oitenta e seis milhões e seiscentos e dez mil reais) relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 2º trimestre 2023.

**Tabela 01 - Provisões - Composição.**

Composição	30/06/2023	31/12/2022	R\$ Milhões AH (%)
Provisões a curto prazo	6,00	0	100%
Provisões a longo prazo	680,61	1.143,64	-40,49%
<b>Total</b>	<b>686,61</b>	<b>1.143,64</b>	<b>-39,96%</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB -Junho/2023

**Tabela 02- Provisões de Curto Prazo - Composição.**

Provisões	30/06/2023	31/12/2022	R\$ Milhões AH (%)
Riscos Trabalhistas	6,00	0	100%
<b>Total</b>	<b>6,00</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB - Junho/2023

### Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

**Tabela 03 - Provisões de Longo Prazo por Órgão.**

Órgãos	30/06/2023	31/12/2022	R\$ Milhões AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	680,61	784,26	-13,22%
<b>Total</b>	<b>680,61</b>	<b>784,26</b>	<b>-13,22%</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB - Junho/2023

Em 30/06/2023, o saldo apresentado na conta foi de **R\$680,61 milhões**.

**Tabela 04-Provisões a Longo Prazo – Composição.**

Provisões	30/06/2023	31/12/2022	R\$ Milhões AH
Riscos Trabalhistas	104,21	377,75	-72,41%
Riscos Matemáticas	0,00	6,79	-100,00%
Riscos Fiscais	0,00	15,79	-100,00%
Riscos Cíveis	3,69	48,79	-92,44%
Outras	572,71	694,52	-17,54%
<b>Total</b>	<b>680,61</b>	<b>1.143,64</b>	<b>-40,49%</b>

Fonte: TG 2023 - Extraído do TG -Junho/2023

Em 19/07/2023, data da extração do Relatório de Provisões no TG, a Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB já estava vinculada ao Órgão Superior - 49000 - Ministério do

Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, conforme Balanço Patrimonial gerado no TG em 19/07/2023.

A Embrapa registrou Outras Provisões a Longo Prazo no segundo trimestre de 2023 na ordem de R\$572,71 milhões referente as provisões dos planos previdenciários (CERES), planos de saúde (CASAEMBRAPA) relativos ao exercício de 2022 e as despesas projetadas para 2023, conforme Relatório de Resultados Atuarias emitidos pela empresa Atest Consultoria Atuarial.

**As informações seguintes foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa publicada no SIAFIWeb em 27/07/2023.**

**EMBRAPA:**

**Risco Provável total:** Foi registrado no órgão da Embrapa a Provisão a Longo Prazo, o saldo apresentado na conta foi de **R\$ 680,61 milhões**, conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a Tabela - Benefícios Pós Emprego.

Natureza Trabalhista	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (4)	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	8,42	-3,49	-6,00	104,21	<i>Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de gratificação/Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação/Teto salarial</i>

Natureza Cível	Adições	Baixas	Reversões (3)	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	-	-0,24	-0,02	3,70	<i>Anulação de ato administrativo</i>

Natureza Previdenciária	Adições	Baixas	Reversões (3)	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	-	-	-0,94	19,54	<i>Encargos Previdenciários</i>

Natureza Tributária	Adições (5)	Baixas	Reversões	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	13,83	-	-	260,13	<i>Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR- INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF</i>

**TOTAL 387,58**

(1) As adições são referentes aos processos reclassificados de possíveis para prováveis e novos ajuzamentos no trimestre



- (2) As baixas são referentes aos processos reclassificados de prováveis para possíveis e processos encerrados no trimestre  
 (3) Estas reversões são provenientes de reclassificações ocorridas no trimestre  
 (4) Esta reversão é proveniente dos processos com decisões desfavoráveis à Embrapa e que deverão ser pagos no curto prazo  
 (5) Esta adição refere-se aos rendimentos dos depósitos judiciais ocorridos no trimestre. Não houve inclusão de novos processos

Fonte: Extraído do SIAFIWeb -NE 2T/EMBRAPA/2023.

### **Risco possível**

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral, ações que tratam do pagamento de premiação decorrente do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional de 2019 e outros somam o montante total de R\$ 155,02. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações.

### **Provisões a Longo Prazo – Composição (30/06/2023) – Benefícios Pós Emprego**

No órgão da Embrapa foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

R\$ Milhões

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Benefícios Pós Emprego	293,03	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial.

**TOTAL GERAL R\$680,61**

No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, no tocante de empresas da administração indireta, Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.

---

## Nota nº 004 – Imobilizado

---

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de junho de 2023, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 5,020 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um decréscimo de 97,86% em relação ao 4º trimestre/2022. Esse decréscimo se deve, principalmente, pela desincorporação do Órgão Incra, dada por meio da Medida Provisória nº1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o exercício de 2023 e para o exercício de 2022.

**Tabela 01 – Imobilizado – Composição**

	R\$ Milhões		
	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>867,28</b>	<b>1.168,13</b>	<b>-25,75</b>
(+) Valor Bruto Contábil	2.017,47	2.541,38	-20,62
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1126,77)	(1.346,44)	-16,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23,42)	(26,81)	-12,64
<b>Bens Imóveis</b>	<b>4.153,64</b>	<b>233.586,20</b>	<b>-98,22</b>
(+) Valor Bruto Contábil	4.557,40	234.229,79	-98,05
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(403,76)	(643,59)	-37,26
<b>Total</b>	<b>5.020,92</b>	<b>234.754,33</b>	<b>-97,86</b>

\*R\$ 223.726 milhões em bens imóveis, líquidos de depreciação, pertencentes ao órgão Incra, foram desincorporados pela MP nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

### Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/06/2023 totalizavam em R\$ 867,28 milhões, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 02 – Bens Móveis – Composição**

	R\$ Milhões		
Bens Móveis - Composição	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	993,04	1.096,55	--9,44%
Bens de Informática	402,47	510,49	-21,16%
Veículos	348,09	475,44	-26,79%
Móveis e Utensílios	209,28	256,83	-18,51%
Demais Bens Móveis	31,05	107,69	-71,17%
Bens Móveis em Almoxarifado	0,24	55,77	-99,57%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	28,81	33,63	-14,33%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,42	4,55	-2,86%
Bens Móveis em Andamento	0,07	0,42	-83,33%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.126,77)	(1.346,44)	-16,31%
Redução ao Valor Recuperável	(23,42)	(26,81)	-12,64%
<b>Total</b>	<b>867,28</b>	<b>1.168,13</b>	<b>-25,75%</b>

No fechamento do 4º trimestre de 2022, no grupo Bens Móveis, consta registrado um valor de R\$ 18,63 milhões à conta de Bens Não Localizados. Com o desmembramento do órgão Mapa, no final do 1º trimestre/2023 este valor diminuiu para R\$ 14,86 milhões.

No Processo SEI nº 21000.004025/2017-17, as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, com as respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados. Estes bens são oriundos do Ministério da Pesca.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 30/06/2023, totalizavam R\$ 4.153 bilhões, líquidos de depreciação/amortização. Houve um decréscimo de 98,21% em relação ao período de 31/12/2022, ocasionado pelo desmembramento do órgão MAPA, com destaque para a saída do órgão Incra, com valor em bens móveis de R\$ 223,726 bilhões, representando 97,52% do decréscimo, distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos**

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		EMBRAPA		TOTAIS		AH%
	Jun/23	Dez/22	Jun/23	Dez/22	Jun/23	Dez/22	Jun/23
Contas							
Bens de Uso Especial	3.619,96	9.103,96	518,54	522,98	4.138,50	231.388,22	-98,21%
Bens Dominicais	0	0	0	0	0	1.814,94	-100,00%
Bens Imóveis em Andamento	8,63	86,95	70,74	65,80	79,37	638,48	-87,57%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	3,25	23,50	215,26	214,86	218,51	250,34	-12,71%
Instalações	21,68	21,64	99,33	96,736	121,01	133,38	-9,27%
Demais Bens Imóveis	0	0	0	0	0	4,44	-100%
Depr./Amort. Acum Bens Im	(7,95)	(8,63)	(395,81)	(383,87)	(403,76)	(643,59)	-37,26%
<b>Total</b>	<b>3.645,57</b>	<b>9.227,43</b>	<b>508,06</b>	<b>516,51</b>	<b>4.153,64</b>	<b>233.586,20</b>	<b>-98,22%</b>

**Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total**

Bens Imóveis – Composição	30/06/2023	31/12/2022	AH(%)
Bens de Uso Especial	4.138,50	231.388,22	-98,21%
Bens Dominicais	0	1.814,94	-100,00%
Bens Imóveis em Andamento	79,37	638,48	-87,57%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	218,52	250,34	-12,71%
Instalações	121,01	133,38	-9,28%
Demais Bens Imóveis	0	4,44	-100,00%
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	-403,76	-643,59	-37,26%
<b>Totais</b>	<b>4.153,64</b>	<b>233.586,20</b>	<b>-98,22%</b>

Os BENS DE USO ESPECIAL representam 99,64% do total de bens imóveis, perfazendo o montante de **R\$ 4,153,64 bilhões** a valores brutos. De acordo com a tabela ao lado apresentaram um decréscimo de 98,21% em relação ao exercício de 2022.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, são constituídos conforme tabela a seguir:

**Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição**

Bens de Uso Especial – Composição	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Complexos, Fábricas e Usinas</b>	1.603,46	1.663,68	-3,62%
Edifícios	889,72	1.181,62	-24,70%
Terrenos, Glebas	331,61	124.992,05	-99,73%
Imóveis Residenciais e Comerciais	93,78	103,02	-8,97%
Fazendas, Parques e Reservas	35,23	95.716,71	-99,96%
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0,00%
<b>Outros Bens Imóveis de Uso Especial</b>	1.184,16	2.097,32	-43,54%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	0	5.471,30	-100%
Autarquias/Fundações	0	750,75	-100%
Represas/Açudes	0	555,86	-100%
Ilhas	0	567	-100%
Outros Bens Imóveis Registrados	0	194,39	-100%
Armazéns/Galpões	0	121,04	-100%
Laboratórios/Observatórios	0	41,88	-100%
Salas	0	9,32	-100%
Portos/Estaleiros	0	3,37	-100%
Cemitérios	0	1,99	-100%
Postos de Fiscalização	0	0,56	-100%
Presídios/Delegacias	0	0,21	-100%
<b>Totais</b>	<b>4.138,50</b>	<b>233.472,61</b>	<b>-98,20%</b>

Após a saída do INCRA e da Pesca da pasta do MAPA, várias contas do grupo Bens de Uso Especial foram zeradas, conforme detalhado no quadro ao lado. Agora, a conta com maior destaque é a “Complexos, Fábricas e Usinas”, representando 38,74% do grupo. As contas “Terrenos e Glebas” e “Fazendas, Parques e Reservas”, que eram as mais representativas, caíram 99,96% e 99,73% especialmente pela saída das 30 Fazendas, 43 Parques e 49 Reservas do INCRA.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS			COMODATO DE BENS - CONCEDIDOS			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		
	R\$ Milhões			R\$ Milhões			R\$ Milhões	
ÓRGÃO	30/06/2023	31/12/2022	ÓRGÃO	30/06/2023	31/12/2022	ÓRGÃO	30/06/2022	31/12/2022
MAPA	1,305	1,267	MAPA	0,027	0,027	MAPA	13,027	13,026
<b>Total</b>	<b>1,305</b>	<b>1,267</b>	<b>EMBRAPA</b>	<b>16,41</b>	<b>18,186</b>	<b>EMBRAPA</b>	<b>0,020</b>	<b>13,026</b>
			<b>Total</b>	<b>16,437</b>	<b>18,213</b>	<b>Total</b>	<b>13,047</b>	<b>13,026</b>

**(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens nos seguintes Órgãos:

- Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa;
- Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará; e
- Distritos de Meteorologia de alguns estados,

As demais unidades do órgão subordinado Mapa não fizeram os ajustes anteriores no ano de 2010 e quanto às Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e CEPLACs, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	Valor
R\$ milhões	
MAPA	23,42
Total	23,42

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

**(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês

sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Ministério da Agricultura e Pecuária vem trabalhando na implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, conforme instituído pela Portaria nº 232 de 02 de junho de 2020, cujo prazo para término da implantação é 1º de julho de 2023, conforme Portaria ME nº 4.378, de 11 de maio de 2022.

*"Art. 7º-A Fica definido, em caráter excepcional, após avaliação da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o prazo máximo de 1º de julho de 2023, para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias à sua implantação."*

### **(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:  $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### **(a.3) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### **(a.4) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment**

A área de patrimônio da Embrapa emitiu a Nota Técnica N° 01/2023 informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.

O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A e Processo Sei nº21003.000660/2018/78 no valor de R\$ 1.224.973,65, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e Manual SIAFI.

O Mapa como órgão subordinado não vem realizando a redução ao valor recuperável por falta de pessoal especializado na área de patrimônio.

A Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), e foi emitida a Nota Técnica N° 01/2023, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2022.



---

## Nota nº 005 – Intangível

---

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Em 30/06/2023, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 135,68 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2023 e 2022.

**Tabela 01 – Intangível – Composição.**

R\$ Milhões

Intangível – Composição	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	113,06	111,12	1,75%
Software com Vida Útil Indefinida	75,35	74,77	0,78%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	0%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,28	0,28	0%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(53,50)	(53,20)	0,56%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	-	1,46	-100%
<b>Total</b>	<b>135,68</b>	<b>134,92</b>	<b>0,56%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 2º Trimestre de 2023**

R\$ Milhões

Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,28	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,11	-
	SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,23	-
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,58	2,20
	SOFTWARES - Vida Útil Indefinida	0,45	0,42
	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	0,12	1,37

**Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment**

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.

Mas o MAPA não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (**impairment**) dos ativos.

## Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No segundo trimestre de 2023 não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

---

### Nota nº 006 – Investimentos

---

Atualmente os investimentos no MAPA são compostos somente pelas Participações Permanentes. Com o desmembramento do órgão superior Mapa, por meio da Medida Provisória nº1.154, de 1º de janeiro de 2023 e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, órgãos que antes compunham os investimentos no MAPA, como a CONAB e o INCRA, migraram para o MDA.

Devido a isto, as Propriedades para Investimento e Demais Investimentos menos a Depreciação Acumulada de Investimentos e a Redução ao Valor Recuperável de Investimentos não aparecerão nas próximas notas explicativas. No segundo trimestre de 2023 não houve alteração no saldo das Participações Permanentes com relação ao primeiro trimestre deste mesmo ano, totalizando R\$ 7,78 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 01 – Investimentos – Composição:**

R\$ Milhões

Investimentos	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	5,92	20,68	-71,40%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP ESTADO	1,86	1,85	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00%
BENS IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	0,00	2,85	-100,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%
DEPRECIÇÃO ACUMULADA INVESTIMENTOS-CONS- PROPRIEDADE	(0,00)	(0,85)	-100,00%
REDUÇÃO VALOR RECUPERADO INVESTIMENTO PARTICIPAÇÃO PERMANENTE	(0,00)	(10,47)	-100,00%
<b>Total</b>	<b>7,78</b>	<b>14,06</b>	<b>-44,71%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição

**Tabela 02 – Investimentos – Composição e Movimentação:**

R\$ Milhões

Investimentos	Saldo Inicial 31/12/2022	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo Final 30/06/2023
Participações Permanentes	20,68	0,00	(14,76)	0,00	5,92
Participações Permanentes Inter	1,86		0,00		1,86
Propriedades para Investimento	2,85	0,00	(2,85)	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(0,85)	0,85	0,00	0,00	(0,00)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(10,47)	10,47		0,00	(0,00)
<b>Total</b>	<b>14,07</b>	<b>11,32</b>	<b>(17,61)</b>	<b>0,00</b>	<b>7,78</b>

Fonte: Siafi Hod 2023

**(a) Participações Permanentes**

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela a seguir apresenta a composição dos investimentos da Embrapa em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

**Tabela 03 – Investimentos – Embrapa**

R\$ Milhões

Conta	30/06/2023	31/12/2022	AH%	AV%
PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,73	0,73	0,00%	8,59%
Provisão para Perdas Prováveis	(0,73)	(0,73)	0,00%	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	1,86	1,86	0,00%	21,76%
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	5,92	5,92	0,00%	69,65%
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>7,78</b>	<b>7,78</b>	<b>0,00%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi Hod 2023 e 2022

**EMBRAPA**

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

**Tabela 04 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:**

R\$ MILHÕES

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2022	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2022
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA <sup>(1)</sup>	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB <sup>(2)</sup>	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI <sup>(5)</sup>	Agricultura	5,28	4,74	-20,93	9,07
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG <sup>(4)</sup>	Agricultura	0,00	0,01	59,65	3,93
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN <sup>(3)</sup>	Agricultura	0,73	49,00	-4,59	-1,14

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das Empresas

**Tabela 09 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:**

R\$ MILHÕES

Entidade	Jun/2023	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Dez/2022
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1,86	-	-	-	-	1,86
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	0,73	-	-	-	-	0,73
<b>Total</b>	<b>2,59</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2,59</b>

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. \*Valores não consolidados (EMBRAPA)

**6.2 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no segundo trimestre de 2023 foi superavitário no valor R\$ 10,70 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**EM MILHARES DE REAIS**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	30/06/2023	30/06/2022	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16.051,73	27.021,52	- 41%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.041,03	27.784,06	- 42%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>10,70</b>	<b>- 762,55</b>	<b>- 101%</b>

O Resultado Patrimonial do Período apresentou uma melhora significativa em relação ao mesmo período do exercício anterior. Em termos absolutos o resultado do exercício anterior era deficitário em (R\$ 762,55) milhões e neste o resultado foi positivo em R\$ 10,70 milhões.

## **Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA**

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o **MAPA** e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. **O decréscimo de (41%) nas variações aumentativas ocorreram principalmente pelo desmembramento do órgão do Mapa, por meio da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.**

Milhões

	30/06/2023	30/06/2022	AH%	AV%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAS AUMENTATIVAS</b>	<b>16.051,73</b>	<b>27.021,52</b>	<b>- 41%</b>	<b>100%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>5,49</b>	<b>30,45</b>	<b>- 82%</b>	<b>0%</b>
Impostos		0,06	0	0%
Taxas	5,49	30,39	-82%	0%
<b>Contribuições</b>	<b>3,41</b>	<b>1.044,10</b>	<b>-100%</b>	<b>0,02%</b>
Contribuições Sociais	3,27	1.030,13	-100%	0%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,14	13,96	-99%	0%
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>26,55</b>	<b>110,35</b>	<b>-76%</b>	<b>0,0%</b>
Venda de Mercadorias	3,72	49,97	-93%	0%
Vendas de Produtos	0,01	-	0%	0%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	22,83	60,38	-62%	0%
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>421,59</b>	<b>418,36</b>	<b>1%</b>	<b>3%</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	128,89	77,45	66%	1%
Juros e Encargos de Mora	0,24	14,30	-98%	0%
Variações Monetárias e Cambiais	8,39	14,84	-43%	0%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	284,06	311,77	-9%	2%
<b>Transferências e Delegações recebidas</b>	<b>15.165,73</b>	<b>22.779,10</b>	<b>-33%</b>	<b>94%</b>
Transferências Intragovernamentais	15.135,64	22.296,86	-32%	94%
Transferências Intergovernamentais	0,23	0,70	-67%	0%
Transferências das Instituições Privadas	0,52	3,19	-84%	0%
Transferências do Exterior	-	0,69	0%	0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	29,35	477,66	-94%	0%
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>79,91</b>	<b>2.422,92</b>	<b>-97%</b>	<b>0%</b>
Reavaliação de Ativos	1,86	635,11	-100%	0%
Ganhos com Alienação	2,71	16,80	-84%	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	53,75	547,67	-90%	0%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	21,58	1.223,31	-98%	0%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	0,03	0%	0%
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>349,05</b>	<b>216,23</b>	<b>61%</b>	<b>2%</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,96	50,04	-98%	0%
Resultado Positivo de Participações	-	0,03	0%	0%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1,50	7,12	-79%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	346,59	159,04	118%	2%

Fonte: SIAFI 2023 e 2022

### **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**

No segundo trimestre de 2023, o grupo de “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” totalizou 5,49 milhões, representando 0,03% das VPAs. Deste total, 100% foram relativas às taxas, do órgão Mapa, mas 1,65 milhão é referente a taxa de prestação de serviços oriundos da Pesca.

### **Contribuições**

O grupo “Contribuições” perfez um total de R\$ 3,41 milhões no segundo trimestre de 2023. Neste grupo as contribuições sociais tiveram um decréscimo de 99,67%, tendo em vista o desmembramento do órgão do Inca. E as contribuições sociais do órgão do Mapa refere-se as receitas decorrentes de contribuição incidente sobre a folha de salários pagos por pessoa natural, jurídica ou cooperativa que exerçam as atividades rurais

enumeradas na Lei nº 2.613, de 23/09/1955, adicional a contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários dos empregados das empresas, Lei nº2.613, de 23/09/1955 e as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico é referente a contribuição mensal devida pelas entidades turfísticas à comissão coordenadora da criação do cavalo nacional.

#### **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

No segundo trimestre de 2023, o grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” alcançou R\$ 26,55 milhões, apresentando uma diminuição de (76%) em relação ao exercício anterior. O decréscimo destacou-se nas rubricas de vendas de mercadorias e exploração bens, direitos e serviços, referente ao desmembramento dos órgãos da Conab e Serviço Florestal.

#### **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

As receitas auferidas no subgrupo de Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos concedidos tiveram um aumento de 66%, proveniente do pagamento de parcelas de empréstimos e financiamentos concedidos pelo órgão do Funcafé e o subgrupo de Remuneração de Depósitos bancários e Aplicações Financeiras também se destaca o órgão do Funcafé.



### **Transferências e Delegações recebidas**

A transferência Intragovernamental representa 94% do total das VPAs, e é referente a cota recebida, sub-repasse recebido e movimentações de saldos patrimoniais. O MCASP diz: que esta rubrica é excluída na consolidação dos Entes.

### **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos**

- a) No subgrupo de reavaliação de ativos a totalidade das reavaliações reconhecidas no segundo trimestre de 2023, são referentes aos bens imóveis de uso especial no SPIUNET.
- b) Os ganhos com alienação de bens móveis são referentes às alienações semoventes e bens móveis no órgão da Embrapa, por meio de leilão e no órgão do Mapa refere-se à indenização por entrega voluntária a Campanha Nacional do Desarmamento.
- c) No segundo trimestre de 2023, foram registrados R\$ 53,75 milhões na VPA “Ganhos com Incorporação de Ativos”, pelos órgãos do Mapa, Embrapa e Funcafé. O órgão do Mapa representa 92% do total da rubrica, referente ao recebimento de transferência financeira para atendimento de termo de descentralização (TED).
- d) Foram reconhecidos “Ganhos com a Desincorporação de Passivos” no valor de R\$ 21,58 milhões no segundo trimestre de 2023, decréscimo de (98%) em relação ao exercício anterior. A variação diminutiva refere-se ao desmembramento do órgão da Conab para o MDA, tendo em vista que este tinha o valor mais expressivo nesta rubrica no exercício de 2022. Em 2023 os ganhos com desincorporações de passivos destacaram-se no órgão da Embrapa que representa em valores absolutos R\$ 19,82 milhões é em percentual 92% da representação do subgrupo.

### **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

O subgrupo de “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” apresentou um decréscimo de (94%) relativo ao desmembramento do órgão da Conab para o MDA, pois esta rubrica representa 100% do valor reconhecido em 2022 e, em 2023 o reajuste para perda ocorreu no órgão da Embrapa referente a reversão de perda de créditos, duplicatas e títulos em contencioso em conformidade com a recomendação da assessoria jurídica da Embrapa.

O subgrupo das “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” o acréscimo destacou-se nos registros das multas administrativas referentes aos autos de infração pendentes de pagamentos registrados nas 27 Superintendências de Agricultura e Pecuária.

## Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MAPA, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. **O decréscimo de (42%) nas variações diminutivas ocorreram principalmente pelo desmembramento do órgão do Mapa, por meio da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.**

	30/06/2023	30/06/2022	AH%	AV%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>16.041,03</b>	<b>27.784,06</b>	<b>-42%</b>	<b>100%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>2.708,08</b>	<b>2.980,85</b>	-9%	17%
Remuneração a Pessoal	2.056,29	2.144,30	-4%	13%
Encargos Patronais	611,65	716,44	-15%	4%
Benefícios a Pessoal	39,86	53,85	-26%	0%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,27	66,27	-100%	0%
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>1.050,77</b>	<b>1.441,61</b>	-27%	7%
Aposentadorias e Reformas	615,66	894,87	-31%	4%
Pensões	422,73	525,08	-19%	3%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12,37	21,67	-43%	0%
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>454,36</b>	<b>893,22</b>	-49%	3%
Uso de Material de Consumo	43,39	56,49	-23%	0%
Serviços	356,23	770,31	-54%	2%
Depreciação, Amortização e Exaustão	54,75	66,41	-18%	0%
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>14,80</b>	<b>3,47</b>	327%	0%
Juros e Encargos de Mora	0,03	0,12	-75%	0%
Variações Monetárias e Cambiais	1,77	1,06	67%	0%
Descontos Financeiros Concedidos	4,83	1,24	290%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8,18	1,04	687%	0%
<b>Transferências e Delegações concedidas</b>	<b>11.203,44</b>	<b>17.756,26</b>	-37%	70%
Transferências Intragovernamentais	10.318,56	16.631,72	-38%	64%
Transferências Intergovernamentais	847,45	774,04	9%	5%
Transferências ao Exterior	0,35	-	100%	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	37,07	350,50	-89%	0%
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>95,31</b>	<b>4.024,02</b>	-98%	1%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,33	2.308,84	-100%	0%
Perdas com Alienação	0,06	0,37	-84%	0%
Perdas Involuntárias	1,28	5,54	-77%	0%
Incorporação de Passivos	26,88	856,45	-97%	0%
Desincorporação de Ativos	66,75	852,82	-92%	0%
<b>Tributárias</b>	<b>1,54</b>	<b>25,03</b>	-94%	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,38	19,95	-93%	0%
Contribuições	0,15	5,08	-97%	0%
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Venda e dos Serviços Prestados</b>	<b>2,56</b>	<b>89,18</b>	-97%	0%
Custo das Mercadorias Vendidas	2,55	89,17	-97%	0%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,01	0,01	0%	0%
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>510,19</b>	<b>570,43</b>	-11%	3%
Incentivos	0,03	0,33	-91%	0%
Subvenções Econômicas	464,61	532,30	-13%	3%
Constituição de Provisões	41,30	33,01	25%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4,24	4,78	-11%	0%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>10,70</b>	<b>-762,55</b>	<b>-101%</b>	<b>0%</b>

## Pessoal e Encargos

No segundo trimestre de 2023, as despesas com remuneração a pessoal e encargos totalizaram R\$ 2.708,07 milhões, representando 17% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhado na tabela a seguir:

	Milhões			
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Remuneração de Pessoal	649,14	1.407,15	2.056,29	76%
Encargos Patronais	108,27	503,38	611,65	23%
Benefícios a Pessoal	36,06	3,8	39,86	1%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	0,14	0,13	0,27	0%
<b>Total</b>	<b>793,61</b>	<b>1.914,46</b>	<b>2.708,07</b>	<b>100%</b>

A Remuneração de Pessoal representou 76% do grupo de Pessoal e Encargos, perfazendo um total no segundo trimestre de 2023 em R\$ 2.056,29 milhões, sendo que o órgão da Embrapa representa 68% do valor total da rubrica.

O subgrupo “Benefícios a Pessoal” engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos, estatutários e não estatutários e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 39,86 milhões, demonstrado na tabela abaixo:

	Milhões			
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Auxílio Alimentação - RPPS	21,47	0	21,47	54%
Auxílio Transporte - RPPS	2,43	0	2,43	6%
Auxílio Moradia - RPPS	4,52	0	4,52	11%
Ajuda de Custo - RPPS	0,67	0	0,67	2%
Auxílio Creche - RPPS	1,56	0	1,56	4%
Sentenças Judiciais - RPPS	0,01	0	0,01	0%
Retribuição em Serviços no Exterior - RPPS	4,11	0	4,11	10%
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	0,65	0	0,65	2%
Auxílio Alimentação - RGPS	0,56	0	0,56	1%
Auxílio Transporte - RGPS	0,01	0,04	0,06	0%
Auxílio Creche - RGPS	0,07	3,76	3,83	10%
<b>TOTAL</b>	<b>36,06</b>	<b>3,8</b>	<b>39,86</b>	<b>100%</b>

## Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade são as seguintes: Uso de material de consumo, Serviços e depreciação, amortização e exaustão

As despesas com serviços representam 78% do grupo no valor de R\$ 356,23 milhões, a maior parte dos serviços esteve concentrado em serviços de apoio administrativo,

técnico e operacional, serviços técnicos profissionais, fornecimento de alimentação e serviço de água, esgoto, energia elétrica, gás, conforme planilha:

	Milhões				
	MAPA	EMBRAPA	FUNCAFÉ	TOTAL	AV%
Serviços de Apoio Adm, Técnico e Operacional	93,49	47,48	0	140,97	40%
Serviços Técnicos Profissionais	34,48	57,60	0	92,08	26%
Fornecimento de Alimentação	0,02	48,61	0	48,62	14%
Serviço de Água e Esgoto, Energia Elétrica, gás...	11,04	13,93	0	24,97	7%
Demais	31,68	17,69	0,21	0,21	0%
<b>Total</b>	<b>170,71</b>	<b>185,31</b>	<b>0,21</b>	<b>356,23</b>	<b>100%</b>

#### Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

No grupo “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras”, o valor mais relevante referiu-se à rubrica de outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, representando 55% do valor do grupo, reconhecido no órgão da Embrapa, referente ao registro da atualização monetária dos resultados previstos na CVM nº 695/2012 e no IAS 19 (R1), para o plano de saúde patrocinado pela Embrapa (CASEMBRAPA).

#### Transferências e Delegações concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 11.203,43 milhões no segundo trimestre de 2023, apresentando um decréscimo de (36,90%). O valor mais relevante neste grupo é a rubrica de Transferências Intragovernamentais referente aos repasses concedidos e sub-repasse concedido.

#### Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O subgrupo de Desincorporação de Ativos representa 70% do total do grupo e **os valores de desincorporação de ativos Intra-Siafi** são referentes às devoluções de saldos não utilizados por “TED” e comprovações destes termos de descentralização, nos órgãos do Mapa, Embrapa e Funcafé, representando o valor de R\$ 51,76 milhões.

#### Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

O grupo de “Custo de Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” evidenciou um decréscimo de 97%, neste segundo trimestre de 2023, referente ao desmembramento do órgão da Conab para o MDA. Os custos neste trimestre foram registrados no órgão da Embrapa.

#### Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As Subvenções Econômicas representam 91% do total do grupo, evidência no órgão do Mapa, referente a operacionalização da concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

A Constituição de Provisões representa 4% do grupo, registrada no órgão da Embrapa referente provisão trabalhista, provisão de risco cível e outras provisões.

### 6.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art. 35º, “*pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do segundo trimestre de 2023 do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa da receita estimada e da despesa fixada pela Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, LOA para o exercício financeiro de 2023.

O total da previsão atualizada das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 2º trimestre de 2023 é de R\$ 6,835 bilhões, cujas receitas realizadas são de R\$ 2,915 bilhões, referente à 42,659% de todas as receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 2º Trimestre de 2023.

EM R\$ MILHÕES

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Receita Realizada
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>494,68</b>
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	4,19
Receitas de Contribuições	2,39
Receita Patrimonial	277,25
Receita Agropecuária	3,73
Receita Industrial	0,03
Receitas de Serviços	150,44
Transferências Correntes	0,75
Outras Receitas Correntes	55,91
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.420,53</b>
Operações de Crédito	-
Alienações de Bens	3,91
Amortização de Empréstimos	2.416,63
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
<b>Total da Receita Realizada</b>	<b>R\$ 2.915,21</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023.

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do

próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital.

Assim, o total das Receitas Orçamentárias Primárias no 2º trimestre de 2023 foi de R\$ 498,59 milhões.

EM R\$ MILHÕES

<b>NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS</b>	<b>Receita Realizada</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>494,68</b>
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	4,19
Receitas de Contribuições	2,39
Receita Patrimonial	277,25
Receita Agropecuária	3,73
Receita Industrial	0,03
Receitas de Serviços	150,44
Transferências Correntes	0,75
Outras Receitas Correntes	55,91
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)</b>	<b>494,68</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>2.420,53</b>
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	3,91
Amortização de Empréstimos (VII)	2.416,63
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>3,91</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)</b>	<b>R\$ 498,59</b>

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Junho/2023.

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital apresenta a dotação inicial de R\$ 18.361,70 milhões. Assim, a despesa orçamentária foi atualizada para o valor de R\$ 18.057,46 milhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 7.957,89 milhões, equivalente a 44,07% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EM R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b - c)
MIN.AGRICULTURA	8.335,43	7.383,97	4.578,04	2.393,07	1.733,40	2.805,92
EMBRAPA	3.639,76	4.286,98	3.379,64	1.932,20	1.590,97	907,34
FUNCAFE	6.386,51	6.386,51	0,21	0,17	0,17	6.386,34
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 18.361,70</b>	<b>R\$ 18.057,46</b>	<b>R\$ 7.957,89</b>	<b>R\$ 4.325,44</b>	<b>R\$ 3.324,55</b>	<b>R\$ 10.099,60</b>

Fonte: Tesouro Gerencial Junho/2023

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor apresentou, no segundo trimestre, valor pago de R\$ 1.155,20 milhões, referente a 37,36% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores, mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>81,97</b>	<b>282,02</b>	<b>211,42</b>	<b>195,18</b>	<b>6,09</b>	<b>162,72</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3,66	4,13	3,25	3,24	-	4,55
Outras Despesas Correntes	78,30	277,89	208,18	191,94	6,09	158,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.721,43</b>	<b>3.301,65</b>	<b>1.349,00</b>	<b>960,02</b>	<b>485,34</b>	<b>4.577,72</b>
Investimentos	2.262,53	2.544,10	859,21	470,23	26,44	4.309,96
Inversões Financeiras	458,90	757,54	489,79	489,79	458,90	267,75
<b>TOTAL</b>	<b>2.803,40</b>	<b>3.583,67</b>	<b>1.560,43</b>	<b>1.155,20</b>	<b>491,43</b>	<b>4.740,44</b>

FONTE: Balanço Orçamentário – Junho2023

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 638,27 milhões, referente a 81,74% do saldo dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores, mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>65,06</b>	<b>500,61</b>	<b>506,07</b>	<b>0,56</b>	<b>59,04</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,21	435,77	435,43	0,19	0,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64,85	64,84	70,64	0,37	58,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>86,66</b>	<b>280,22</b>	<b>132,20</b>	<b>2,19</b>	<b>232,50</b>
Investimentos	86,66	280,22	132,20	2,19	232,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>151,72</b>	<b>780,83</b>	<b>638,27</b>	<b>2,74</b>	<b>291,54</b>

FONTE: Balanço Orçamentário – Junho/2023

## Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o segundo trimestre de 2023, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de **R\$ 2.915,21** milhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de **R\$ 7.957,89** milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de **R\$ 5.042,68** milhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada (R\$ 7.957,89) alcançou cerca de 44,07% da Dotação atualizada (R\$ 18.057,46) para o segundo trimestre do exercício de 2023.

A realização de receitas no valor de R\$ 2.915,21 milhões, no segundo trimestre de 2023, alcançou 42,65% da previsão atualizada de arrecadação no valor de R\$ 6.835,72 milhões.

## Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	22000	72122, 74104,
II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	93183
III – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	74901



### Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED são discriminadas por:

→ Descentralizações Concedidas para o Órgão Superior Mapa: total de valores firmados de R\$ 784,19 milhões, sendo o valor de R\$ 695,16 milhões, representando 88,65%, do Órgão Ministério da Agricultura.

→ Descentralizações Recebidas pelo Órgão Superior Mapa: total de valores firmados de R\$ 248,28 milhões, com valores expressivos na empresa Embrapa de R\$ 207,41 milhões, representando 83,54% do total firmado.

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	Valores Firmados	TED a Receber	TED a Comprovar	TED Comprovado	Valores Firmados	A Repassar	A Comprovar	Comprovado
MAPA	40,87	9,31	27,49	4,07	695,16	376,39	293,87	21,95
EMBRAPA	207,41	79,45	117,90	9,34	65,11	28,44	19,18	17,49
FUNCAFÉ	-	-	-	-	23,92	8,96	9,40	5,55
<b>TOTAL</b>	<b>248,28</b>	<b>88,76</b>	<b>145,39</b>	<b>13,41</b>	<b>784,19</b>	<b>413,79</b>	<b>322,45</b>	<b>44,99</b>

FONTE: TG – Junho/2023.

### Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 18.361,70 milhões, e no segundo trimestre ocorreu dotação adicional suplementar, extraordinária e cancelamento e remanejamento, destacando a Dotação Inicial do Ministério da Agricultura no valor de R\$ 8.335,43 milhões, representando 45,40%, e após as dotações suplementar, extraordinária e cancelada, está representando neste trimestre 40,89%.

Em Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	8.335,43	166,02	-	200,00	-1.317,48	7.383,97
EMBRAPA	3.639,76	654,74	-	-	-7,51	4.286,99
FUNCAFE	6.386,51	-	-	-	-	6.386,51
<b>TOTAL</b>	<b>18.361,70</b>	<b>820,76</b>	<b>-</b>	<b>200,00</b>	<b>-1.324,99</b>	<b>18.057,47</b>

FONTE: TG – Junho/2023.

Portarias publicadas no 1º e 2º Trimestre que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Crédito Extraordinário	Medida Provisória nº 1.177, de 5 de junho de 2023	500 - Atender, ou ampliar, a despesas relevantes, imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública	SDA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 180, de 3 de julho de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II) 103f - Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações de programas diferentes	EMBRAPA CGLI
	Portaria GM/MPO nº 199, de 13 de julho de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais ou sentenças judiciais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA
	Portaria GM/MPO nº 122, de 9 de maio de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA
	Portaria GM/MPO nº 131, de 11 de maio de 2023	183 - Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6")	EMBRAPA INCRA SDI
	Portaria GM/MPO nº 149, de 01 de junho de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA SE
	Portaria GM/MPO nº 76, de 4 de abril de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA
	Portaria GM/MPO nº 83, de 4 de abril de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA
	Portaria GM/MPO nº 188, de 11 de julho de 2023	183 - Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6")	EMBRAPA SDI
	Portaria GM/MPO nº 128, de 11 de maio de 2023	800 - Oferecimento de cancelamento sem ato definido	SPA
	Outras Alterações Orçamentárias	Portaria GM/MPO nº 13, de 15 de fevereiro de 2023	920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo
Portaria GM/MPO nº 130, de 11 de maio de 2023		183 - Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6")	EMBRAPA SDI
Portaria GM/MPO nº 145, de 26 de maio de 2023		620 – Remanejamento entre os grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5"	SDA SDI
Portaria GM/MPO nº 152, de 5 de junho de 2023		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SPA
Portaria GM/MPO nº 166, de 21 de junho de 2023		620 – Remanejamento entre os grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5"	SDI
Portaria SOF/MPO nº 127, de 11 de maio de 2023		600 - Remanejamento de fontes de recursos	SDA
Portaria SOF/MPO nº 27, de 3 de março de 2023		710 - Ajustes nas codificações orçamentárias decorrentes da necessidade de correção de erro de ordem técnica ou legal, ou adequação à classificação vigente (LDO-2023, art. 50, § 1º, inciso III, alínea "f").	EMBRAPA SDI

Portaria SOF/MPO nº 86, de 11 de abril de 2023	600 - Remanejamento de fontes de recursos	74901 - Recursos sob Supervisão do FUNCAFE
Portaria GM/MPO nº 44, de 14 de março de 2023	920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	CONAB
		INCRA
		SAF
		SAP
		SFB

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/ 2023.

## 6.4 – BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 2º trimestre de 2023, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em **R\$6.481,39 milhões** e a sua formação é detalhada na tabela seguinte:

### Demonstração do Resultado Financeiro.

EM R\$ MILHÕES

	30/06/2023	30/06/2022	AH%
<b>(+) Ingressos</b>	<b>26.106,07</b>	<b>37.855,38</b>	<b>-31,04%</b>
Receitas Orçamentárias	2.915,21	3.824,47	-23,77%
Transferências Financeiras Recebidas	14.689,68	22.097,33	-33,52%
Recebimentos Extraorçamentários	4.740,76	4.527,98	4,70%
Saldo do Exercício Anterior	3.760,42	7.405,59	-49,22%
<b>(-) Dispêndios</b>	<b>19.624,68</b>	<b>28.381,54</b>	<b>-30,85%</b>
Despesas Orçamentárias	7.957,89	9.026,45	-11,84%
Transferências Financeiras Concedidas	9.869,11	16.421,63	-39,90%
Pagamentos Extraorçamentários	1.797,67	2.933,46	-38,72%
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>6.481,39</b>	<b>9.473,84</b>	<b>-31,59%</b>

Fonte: Siafi Web Junho/2023.

Quando comparado o Resultado Financeiro apurado no 2º trimestre de 2023 com o mesmo período de 2022, observa-se da tabela acima teve um decréscimo de -31,59% caracterizado como deficitário.

As ocorrências dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do BF, aumentando ou diminuindo o caixa do Órgão.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, deste Órgão, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado na DFC.

EM R\$ MILHÕES

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2023	30/06/2022	AH%
Saldo para o Exercício Seguinte / Resultado Financeiro	6.481,39	9.473,84	-31,59 %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	3.760,42	7.405,59	-49,22 %
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.720,98	2.068,25	31,56%

Fonte: Siafi Web Julho/2023.

## 6.5 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades de operacionais (+) fluxo das atividades de investimento resultaram um superávit apurado no valor de **R\$ 2.720,98 milhões**, conforme demonstrado na tabela seguinte:

### Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

Detalhamento	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	833,03	1.209,87	-31,15%
Fluxo das Atividades de Investimento	1.887,94	858,37	119,94%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>2.720,98</b>	<b>2.068,25</b>	<b>31,56%</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	<b>3.760,42</b>	<b>7.405,59</b>	<b>-49,22%</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>	<b>6.481,39</b>	<b>9.473,84</b>	<b>-31,59%</b>

Fonte: Siafi Web Julho/2023

## 6.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um expressivo decréscimo de 94,49% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo impacto do Resultado do Exercício em torno -R\$252.731,54 milhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição

EM R\$ MILHÕES

DMPL	30/06/2023	31/12/2022	AH %
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.121,52	3.406,90	-8,38%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	16,69	17,43	-4,25%
RESERVAS DE CAPITAL	-	0,01	-100%
DEMAIS RESERVAS	-	12,76	-100%
RESERVA DE LUCROS	-	43,92	-100%
RESULTADOS ACUMULADOS	11.598,31	263.987,06	-95,61%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14.736,53</b>	<b>267.468,07</b>	<b>-94,49%</b>

Fonte: Siafi Web Julho/2023

## 7 – REFERÊNCIAS

### 7.1 – BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldo Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição – Válido a partir de Nov 2021
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

### 7.2 – SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA

- 1) [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br) › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)
- 6) [portal.tcu.gov.br](http://portal.tcu.gov.br)
- 7) [portal.in.gov.br](http://portal.in.gov.br)
- 8) [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)
- 9) [www.crcdf.org.br](http://www.crcdf.org.br)
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>

- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>